ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANUEL BECKMAN
DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XLIV - Nº 086 - SÃO LUÍS, TERÇA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 2017. EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS
182º ANIVERSÁRIO DE INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
76.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18.ª LEGISLATURA

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE ORADORES.....03
ORDEM DO DIA.....03
PAUTA.....03
SESSÃO ORDINÁRIA.....04
PROJETO DE LEI.....03
REQUERIMENTO.....04
INDICAÇÃO.....05
RESUMO DA ATA.....16
RESOLUÇÃO LEGISLATIVA.....16
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA.....16
VOTO DO RELATOR.....17
OFÍCIO.....17

MESA DIRETORA

Deputado Humberto Coutinho (PDT)
Presidente

1.° Vice-Presidente: Deputado Othelino Neto (PC do B)
2.° Vice-Presidente: Deputado Fábio Macedo (PDT)
3.° Vice-Presidente: Deputado Josimar Maranhãozinho (PR)
4.° Vice-Presidente: Deputado Adriano Sarney (PV)

1.° Secretário: Deputado Ricardo Rios (SD)
2.° Secretário: Deputado Stênio Resende (DEM)
3.° Secretário: Deputado Zé Inácio (PT)
4.° Secretário: Deputada Nina Melo (PMDB)

BLOCO PARLAMENTAR UNIDOS PELO MARANHÃO

01. Deputada Ana do Gás (PC do B)
02. Deputado Antônio Pereira (DEM)
03. Deputado Bira do Pindaré (PSB)
04. Deputado Cabo Campos (DEM)
05. Deputado Dr. Levi Pontes (PC do B)
06. Deputado Edivaldo Holanda (PTC)
07. Deputado Edson Araújo (PSB)
08. Deputado Fábio Braga (SD)
09. Deputado Fábio Macedo (PDT)
10. Deputada Francisca Primo (PC do B)
11. Deputado Glalbert Cutrim (PDT)
12. Deputado Humberto Coutinho (PDT)
13. Deputado Júnior Verde (PRB)
14. Deputado Othelino Neto (PC do B)
15. Deputado Paulo Neto (PSDC)
16. Deputado Professor Marco Aurélio (PC do B)
17. Deputado Rafael Leitoa (PDT)
18. Deputado Raimundo Cutrim (PC do B)
19. Deputado Ricardo Rios (SD)
20. Deputado Rogério Cafeteira (PSB)
21. Deputado Stênio Resende (DEM)
22. Deputada Valéria Macedo (PDT)
23. Deputado Zé Inácio (PT)

LÍDER
Deputado Rafael Leitoa

VICE-LÍDERES
Deputado Antônio Pereira
Deputada Francisca Primo
Deputado Fábio Braga

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

01. Deputado Alexandre Almeida (PSD)
02. Deputado Eduardo Braide (PMN)
03. Deputada Graça Paz (PSL)
04. Deputado Max Barros (PRP)
05. Deputado Wellington do Curso (PP)

LÍDER
Deputado Max Barros

VICE-LÍDER
Deputado Eduardo Braide

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO

01. Deputado Josimar de Maranhãozinho (PR)
02. Deputado Léo Cunha (PSC)
03. Deputado Sérgio Frota (PSDB)
04. Deputado Vinicius Louro (PR)

LÍDER
Deputado Vinicius Louro

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO

01. Deputada Andréa Murad (PMDB)
02. Deputada Nina Melo (PMDB)
03. Deputado Roberto Costa (PMDB)
04. Deputado Sousa Neto (PROS)

LÍDER
Deputada Andréa Murad

PV

01. Deputado Adriano Sarney (PV)
02. Deputado Edilázio Júnior (PV)
03. Deputado Hemetério Weba (PV)
04. Deputado Rigo Teles (PV)

LÍDER
Deputado Rigo Teles

LÍDER DO GOVERNO

Deputado Rogério Cafeteira
Deputado Professor Marco Aurélio (Vice-Líder)

PEN

01. Deputado César Pires (PEN)
02. Deputado Sérgio Vieira (PEN)

LICENCIADOS

Deputado Carlinhos Florêncio (PHS)
Deputado Neto Evangelista (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

(de acordo com o art. 30 da Resolução Legislativa n.º 599/2010)

I - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Titulares	Suplentes
Deputado Prof. Marco Aurélio	Deputado Rogério Cafeteira
Deputado Dr. Levi Pontes	Deputado Bira do Pindaré
Deputado Antônio Pereira	Deputado Glalbert Cutrim
Deputada Francisca Primo	Deputado Cabo Campos
Deputado Eduardo Braide	Deputado Max Barros
Deputado Vinicius Louro	Deputado Sérgio Frota
Deputado Roberto Costa	Deputada Andréa Murad

PRESIDENTE
Dep. Prof. Marco Aurélio
VICE-PRESIDENTE
Dep. Dr. Levi Pontes
REUNIÕES:
SECRETÁRIA
Glacimar Melo Fernandes

II - Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle

PRESIDENTE
Dep. Glalbert Cutrim
VICE-PRESIDENTE
Dep. Ana do Gás
REUNIÕES:
SECRETÁRIA
Leibe Barros

Titulares	Suplentes
Deputado Glalbert Cutrim	Deputado Rogério Cafeteira
Deputada Ana do Gás	Deputado Júnior Verde
Deputado Cabo Campos	Deputado Bira do Pindaré
Deputado Fábio Braga	Deputado Antonio Pereira
Deputada Graça Paz	Deputado Max Barros
Deputado Léo Cunha	Deputado Vinicius Louro
VAGA BPO - PV	VAGA BPO - PV

III - Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia

Titulares	Suplentes
Deputado Júnior Verde	Deputado Cabo Campos
Deputada Francisca Primo	Deputado Edivaldo Holanda
Deputado Fábio Braga	Deputado Prof. Marco Aurélio
Deputado Bira do Pindaré	Deputado Paulo Neto
Deputado Wellington do Curso	Deputado Eduardo Braide
Deputado Sérgio Frota	Deputado Léo Cunha
VAGA BPO - PV	VAGA BPO - PV

PRESIDENTE
Dep. Sérgio Frota
VICE-PRESIDENTE
Dep. Bira do Pindaré
REUNIÕES:
SECRETÁRIO
Antônio Guimarães

IV - Comissão de Administração Pública, Seguridade Social e Relações de Trabalho

PRESIDENTE
Dep. Wellington do Curso
VICE-PRESIDENTE
Dep. Glalbert Cutrim
REUNIÕES:
SECRETÁRIA
Nadja Silva

Titulares	Suplentes
Deputada Ana do Gás	Deputado Rafael Leitoa
Deputado Edivaldo Holanda	Deputado Dr. Levi Pontes
Deputado Edson Araújo	Deputado Júnior Verde
Deputado Glalbert Cutrim	Deputado Paulo Neto
Deputado Wellington do Curso	Deputado Alexandre Almeida
Deputado Carlinhos Florêncio	Deputado Léo Cunha
Deputada Andréa Murad	Deputado Sousa Neto

V - Comissão de Saúde

Titulares	Suplentes
Deputado Dr. Levi Pontes	Deputada Francisca Primo
Deputado Antonio Pereira	Deputado Cabo Campos
Deputado Edson Araújo	Deputado Rafael Leitoa
Deputado Paulo Neto	Deputado Fábio Braga
Deputado Alexandre Almeida	Deputado Wellington do Curso
Deputado Carlinhos Florêncio	Deputado Léo Cunha
Deputada Andréa Murad	Deputado Sousa Neto

PRESIDENTE
Dep. Dr. Levi Pontes
VICE-PRESIDENTE
Dep. Alexandre Almeida
REUNIÕES:
SECRETÁRIA
Valdenise Dias

VI - Comissão de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional

PRESIDENTE
Dep. Bira do Pindaré
VICE-PRESIDENTE
Dep. Sérgio Frota
REUNIÕES:
SECRETÁRIA
Elizabeth Lisboa

Titulares	Suplentes
Deputado Bira do Pindaré	Deputada Francisca Primo
Deputado Paulo Neto	Deputado Fábio Braga
Deputado Cabo Campos	Deputado Edson Araújo
Deputado Glalbert Cutrim	Deputado Prof. Marco Aurélio
Deputado Eduardo Braide	Deputado Max Barros
Deputado Sérgio Frota	Deputado Carlinhos Florêncio
VAGA BPO - PV	VAGA BPO - PV

VII - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Titulares	Suplentes
Deputado Rafael Leitoa	Deputada Francisca Primo
Deputado Rogério Cafeteira	Deputado Júnior Verde
Deputado Raimundo Cutrim	Deputado Bira do Pindaré
Deputado Prof. Marco Aurélio	Deputado Edivaldo Holanda
Deputado Wellington do Curso	Deputada Graça Paz
Deputado Léo Cunha	Deputado Sérgio Frota
Deputado Roberto Costa	Deputado Hemetério Weba

PRESIDENTE
Dep. Roberto Costa
VICE-PRESIDENTE
Dep. Rafael Leitoa
REUNIÕES:
SECRETÁRIA
Silvana Almeida

VIII - Comissão de Obras e Serviços Públicos

PRESIDENTE
Dep. Fábio Braga
VICE-PRESIDENTE
Dep. Sérgio Frota
REUNIÕES:
SECRETÁRIA
Dulcimar Cutrim

Titulares	Suplentes
Deputado Fábio Braga	Deputada Ana do Gás
Deputado Bira do Pindaré	Deputado Glalbert Cutrim
Deputado Raimundo Cutrim	Deputado Antônio Pereira
Deputado Edivaldo Holanda	Deputado Dr. Levi Pontes
Deputado Max Barros	Deputado Eduardo Braide
Deputado Sérgio Frota	Deputado Vinicius Louro
VAGA BPO - PV	VAGA BPO - PV

IX - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Titulares	Suplentes
Deputado Rafael Leitoa	Deputado Paulo Neto
Deputada Ana do Gás	Deputado Edivaldo Holanda
Deputado Prof. Marco Aurélio	Deputado Edson Araújo
Deputado Raimundo Cutrim	Deputado Fábio Braga
Deputada Graça Paz	Deputado Alexandre Almeida
Deputado Léo Cunha	Deputado Vinicius Louro
Deputado Sousa Neto	Deputado Roberto Costa

PRESIDENTE
Dep. Léo Cunha
VICE-PRESIDENTE
Dep. Graça Paz
REUNIÕES:
SECRETÁRIA
Eunes Maria Borges

X - Comissão de Ética

PRESIDENTE
Dep. Francisca Primo
VICE-PRESIDENTE
REUNIÕES:
SECRETÁRIA
Célia Pimentel

Titulares	Suplentes
Deputada Francisca Primo	Deputado Júnior Verde
Deputado Paulo Neto	Deputado Dr. Levi Pontes
Deputado Rogério Cafeteira	Deputado Raimundo Cutrim
Deputado Glalbert Cutrim	Deputado Edson Araújo
Deputada Graça Paz	Deputado Alexandre Almeida
Deputado Léo Cunha	Deputado Vinicius Louro
Deputado Hemetério Weba	Deputado Edilázio Júnior

XI - Comissão de Assuntos Econômicos

Titulares	Suplentes
Deputado Júnior Verde	Deputado Edivaldo Holanda
Deputado Edson Araújo	Deputada Ana do Gás
Deputado Antonio Pereira	Deputado Glalbert Cutrim
Deputado Rafael Leitoa	Deputado Raimundo Cutrim
Deputado Alexandre Almeida	Deputado Wellington do Curso
Deputado Vinicius Louro	Deputado Carlinhos Florêncio
Deputado Edilázio Júnior	Deputado Sousa Neto

PRESIDENTE
Dep. Edilázio Júnior
VICE-PRESIDENTE
Dep. Rafael Leitoa
REUNIÕES:
SECRETÁRIA
Lúcia Furtado

XII - Comissão de Segurança Pública

PRESIDENTE
Dep. Júnior Verde
VICE-PRESIDENTE
Dep. Cabo Campos
REUNIÕES:
SECRETÁRIA
Carlos Alberto

Titulares	Suplentes
Deputado Júnior Verde	Deputado Raimundo Cutrim
Deputado Dr. Levi Pontes	Deputado Prof. Marco Aurélio
Deputado Cabo Campos	Deputado Antônio Pereira
Deputado Rogério Cafeteira	Deputado Rafael Leitoa
Deputado Alexandre Almeida	Deputado Wellington do Curso
Deputado Sérgio Frota	Deputado Léo Cunha
Deputado Sousa Neto	Deputado Roberto Costa

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27/06/2017 – 3ª FEIRA

GRANDE EXPEDIENTE: DR. LEVI PONTES

TEMPO DOS PARTIDOS E BLOCOS PARLAMENTARES

1. PARTIDO VERDE .....06 MINUTOS
2. BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO.....08 MINUTOS
3. BLOCO PARL. UNIDOS PELO MARANHÃO.....32 MINUTOS
4. BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE.....08 MINUTOS
5. BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO.....06 MINUTOS

ORDEM DO DIA
SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27.06.2017

I – PROJETO DE LEI EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
1º E 2º TURNOS – REGIME DE URGÊNCIA (REQ. Nº 475/17)

1. PROJETO DE LEI Nº 161/2017, DE AUTORIA DO DEPUTADO EDUARDO BRAIDE, QUE ALTERA A LEI Nº 10.302/15, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO DE 02 DE SETEMBRO DE 2015. **- DEPENDE DE PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.**

II – PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA
EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
1º TURNO – TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

2. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 018/2017, DE AUTORIA DO DEPUTADO LEVI PONTES, QUE CONCEDE A MEDALHA DO MÉRITO LEGISLATIVO "MANUEL BECKMAN" PARA O SENHOR RUY PALHANO SILVA. **– COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA. – RELATOR DEPUTADO ANTONIO PEREIRA.**

III – REQUERIMENTOS À DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

3. REQUERIMENTO Nº 474/2017, DE AUTORIA DA DEPUTADA FRANCISCA PRIMO, REQUER QUE DEPOIS DE OUVIDO O PLENÁRIO (§ 1º DO ART. 168 DO R.I.), SEJA RETIRADO DE TRAMITAÇÃO O PROJETO DE LEI Nº 174/2017, DE SUA AUTORIA.

IV – REQUERIMENTO À DELIBERAÇÃO DA MESA

4. REQUERIMENTO Nº 478/2017, DE AUTORIA DO DEPUTADO ALEXANDRE ALMEIDA, REQUER QUE DEPOIS DE OUVIDA A MESA SEJAM ABONADAS SUAS FALTAS NAS SESSÕES DOS DIAS 15 A 30 DE JUNHO DO CORRENTE ANO, EM RAZÃO DE DOENÇA, CONFORME ATESTADO MÉDICO.

PAUTA DE PROPOSTA PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS:
DATA: 27/06/2017 - TERÇA-FEIRA

ORDINÁRIA 1ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 163/17, de autoria do Senhor Deputado Prof. Marco Aurélio, que considera de Utilidade Pública a Associação de ex-pastores do Maranhão – AEXPAM.

2. PROJETO DE LEI Nº 164/17, de autoria do Senhor Deputado Wellington do Curso, que regulamenta a colocação de placas informativas em todos os shows públicos realizados pelos Municípios e Governo do Estado do Maranhão.

3. PROJETO DE LEI Nº 165/17, de autoria do Senhor Deputado César Pires, que dispõe sobre a proibição do corte de energia elétrica às sextas-feiras e vésperas de feriados.

ORDINÁRIA 3ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 162/17, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Braide, que inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Maranhão o dia 2 de junho como o Dia da Comunidade Italiana no Maranhão.

ORDINÁRIA 4ª E ÚLTIMA SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 161/17, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Braide, que altera a Lei Nº 10.302 de 1º de setembro de 2015.

DIRETORIA GERAL DA MESA DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, em 23/06/17.

Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Oitava Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada no dia vinte e seis de junho de dois mil de dezessete.

Presidente, em exercício, Senhor Deputado Othelino Neto.

Primeiro Secretário, em exercício, Senhor Deputado Fábio Braga.

Segunda Secretária, em exercício, Senhora Deputada Francisca.

Às nove horas e trinta minutos, presentes os Senhores Deputados: Andréa Murad, Antônio Pereira, Bira do Pindaré, Cabo Campos, César Pires, Doutor Levi Pontes, Edivaldo Holanda, Edson Araújo, Eduardo Braide, Fábio Braga, Francisca Primo, Júnior Verde, Léo Cunha, Max Barros, Nina Melo, Othelino Neto, Professor Marco Aurélio, Rafael Leitoa, Raimundo Cutrim, Rigo Teles, Rogério Cafeteira, Sérgio Frota, Sérgio Vieira, Sousa Neto, Stênio Rezende, Wellington do Curso e Zé Inácio.

Ausentes os Deputados: Adriano Sarney, Alexandre Almeida, Ana do Gás, Edilázio Júnior, Fábio Macêdo, Glalbert Cutrim, Graça Paz, Hemetério Weba, Humberto Coutinho, Josimar de Maranhãozinho, Paulo Neto, Ricardo Rios, Roberto Costa, Valéria Macêdo e Vinícius Louro.

I – ABERTURA.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Em nome do povo e invocando a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Com a palavra, o Senhor Segundo Secretário para fazer a leitura da ata da sessão anterior e do texto bíblico.

A SENHORA SEGUNDA SECRETÁRIA EM EXERCÍCIO DEPUTADA FRANCISCA PRIMO (lê texto bíblico e ata) - Ata lida, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Ata lida e considerada aprovada.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Com a palavra, o Senhor Primeiro Secretário para fazer a leitura do expediente.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO DEPUTADO FÁBIO BRAGA (lê expediente).

II – EXPEDIENTE.

PROJETO DE LEI Nº 163 / 17

CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE EX-PASTORES DO MARANHÃO – AEXPAM.

Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública a **Associação de Ex-Pastores do Maranhão – AEXPAM,** com sede no município de São Luís, Estado do Maranhão.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário "Deputado Nagib Haickel" do Palácio "Manoel Bequimão". São Luís, 21 de junho de 2017. - Prof. Marco Aurélio da Silva Azevedo - Deputado Estadual-PCdoB

PROJETO DE LEI Nº 164 / 17

Regulamenta a colocação de placas informativas em todos os shows públicos realizados pelos Municípios e Governo do Estado do Maranhão.

A Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão Decreta:

Art. 1º - Todos os shows realizados no Maranhão, patrocinados ou envolvendo recursos públicos de qualquer origem, devem conter placa com os dados referentes à realização do evento, descriminando obrigatoriamente:

I - o nome de cada atração contratada e o respectivo valor;

II - o nome da empresa responsável pela estrutura de palco e o valor;

III - o nome da empresa responsável pelo equipamento de som e o valor;

IV - a origem dos recursos para as contratações.

Art. 2º A placa deverá ser colocada em local visível, constando, no mínimo, de 03 (três) metros de largura por 02 (dois) metros de altura, durante todo o período de realização do evento.

Art. 3º Os responsáveis pelo evento que descumprirem o disposto nesta Lei ficarão sujeitos às seguintes penalidades:

I - advertência, quando da primeira autuação da infração; e,

II - multa, quando da segunda autuação.

Parágrafo único. A multa prevista no inciso II deste artigo será fixada entre R$ 1.000,00 (um mil reais) e R$ 100.000,00 (cem mil reais), a depender do porte do estabelecimento, tendo seu valor atualizado pelo IPCA ou qualquer outro índice que venha substituí-lo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor 45 dias após a data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Maranhão, em 22 de junho de 2017. - WELLINGTON DO CURSO – Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O referido Projeto de Lei é fundamentado na Constituição Estadual do Maranhão, em seu Art. 42. "A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral da Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição."

Sendo inspirado na legislação do Estado de Pernambuco, Lei N° 15.818 de 31 de março de 2016. "Regulamenta a colocação de placas informativas em todos os shows públicos realizados pelos municípios de Pernambuco."

Sendo consciente dos poucos recursos disponíveis, e da dificuldade em alocarmos recursos de forma direta, ou com contrapartidas justas, buscamos apoiar os menos representativos culturalmente, com esta proposta de divulgação e transparência, pedimos aos nobres parlamentares à aprovação deste projeto de leis.

Assembleia Legislativa do Maranhão, em 22 de junho de 2017. - WELLINGTON DO CURSO - Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 165 / 17

"Dispõe sobre a proibição do corte de energia elétrica às sextas-feiras e vésperas de feriados ".

Art. 1º –. A concessionária de serviço público de energia elétrica, no âmbito do Estado do Maranhão, fica proibida de interromper, por motivos de inadimplência de seus consumidores, o fornecimento de energia elétrica nos seguintes termos:

I - das 8 horas de sexta- feira às 8 horas da segunda-feira subsequente;

II - das 8 horas do dia útil que antecede feriado nacional, estadual ou municipal às 8 horas do primeiro dia útil subsequente.

Art. 2º - O descumprimento ao estabelecido no artigo 1º desta Lei sujeitará os infratores às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - Multa de R$ 3.000,00 por cada reclamação.

§ 1º Havendo reincidência, a multa prevista no inciso II será cobrada em dobro;

§ 2° A pena de multa, será aplicada mediante procedimento administrativo nos termos da lei;

Art. 3º – O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PLENÁRIO DEPUTADO "NAGIB HAICKEL" DO PALÁCIO "MANUEL BECKMAN" EM 22 DE JUNHO 2017. - Cesar Pires - Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal tem como um de seus princípios fundamentais **a dignidade da pessoa humana**, e a interrupção do fornecimento de energia elétrica atenta contra esse princípio fundamental. Segundo precedentes do STJ (Superior Tribunal de Justiça), *"a suspensão desse serviço deve ser feita, quando for o caso, de modo a viabilizar a possibilidade de imediato pagamento, e também do pronto retorno do seu fornecimento"*.

Outrossim, é necessário dizer que a interrupção do fornecimento dos serviços essenciais em vésperas de feriados, nas sextas-feiras, nos finais de semanas (sábados e domingos) e nos feriados contraria também Código de Defesa do Consumidor, caracterizando como uma forma de cobrança abusiva pois penaliza o consumidor e não dá a oportunidade do mesmo solucionar o problema quitando sua dívida .

Sendo assim, peço o apoio dos nobres colegas para aprovação deste Projeto de Lei que trará benefícios e respeito aos consumidores maranhenses.

PLENÁRIO DEPUTADO "NAGIB HAICKEL" DO PALÁCIO "MANUEL BECKMAN" EM 22 DE JUNHO 2017. - Cesar Pires - Deputado Estadual

REQUERIMENTO Nº 473 / 17

Senhor Presidente,

Na forma que dispõe o Regimento Interno desta Assembleia (Art. 158, inciso I), requeiro a Vossa Excelência, que depois de ouvido a Mesa, seja realizada uma Audiência Pública, no dia 07 de junho de 2017, no Plenário da Câmara Municipal de Açailândia, com início às 08:30 horas e término às 12 horas, a ser promovida pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa, contando com a participação da Prefeitura Municipal de Açailândia; vereadores e sociedade civil organizada, tendo por pauta:

· O impacto regional do avanço da monocultura no Estado do Maranhão.

Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, em 21 de junho de 2017. - SÉRGIO VIEIRA - Deputado Estadual

DE ORDEM DO SR. PRESIDENTE, ENCAMINHE-SE À COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PARA AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
EM: 26/06/2017.

REQUERIMENTO Nº 478 / 17

Senhor Presidente,

Nos termos do que dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Maranhão, peço a gentileza que a Mesa desta Augusta Assembleia abone as minhas faltas nas sessões dos dias 15 à 30 de junho do corrente ano, em razão de impossibilidade de comparecimento em razão de doença, nos termos do atestado médico em anexo.

Plenário Deputado Nagib Haickel, em 15 de junho de 2017. - Alexandre Vicente de Paula Almeida - Deputado Estadual

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 27.06.17
EM: 26.06.17

INDICAÇÃO Nº 782 / 17

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 152 do Regimento Interno deste poder, requeiro a V. Exa. que, após ouvido a mesa, seja encaminhado expediente ao Sr. GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, na pessoa do Exmo. Sr. Governador **FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA**, solicitando que seja incluído no Programa "Mais I.D.H." o Município de Bacuri.

Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, em 22 de junho de 2017. - CABO CAMPOS - Deputado Estadual - www.cabocampos.com.br

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 787 / 17

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 152 do Regimento Interno deste poder, requeiro a V. Exa. que, após ouvido a mesa, seja encaminhado expediente **Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Social - SEDES,** na pessoa do Sr. **NETO EVANGELISTA**, solicitando que seja incluído no Programa "Mais I.D.H." o Município de Bacuri.

Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, em 22 de junho de 2017. - CABO CAMPOS - Deputado Estadual - www.cabocampos.com.br

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 789 / 17

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 152 do Regimento Interno deste poder, requeiro a V. Exa. que, após ouvido a mesa, seja encaminhado expediente ao **Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Social - SEDES,** na pessoa do Sr. **NETO EVANGELISTA**, solicitando que seja incluído no Programa "Mais I.D.H." o Município de Icatu.

Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, em 22 de junho de 2017. - CABO CAMPOS - Deputado Estadual - www.cabocampos.com.br

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO DEPUTADO FÁBIO BRAGA - Expediente lido, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO - Expediente lido. À publicação.

III - PEQUENO EXPEDIENTE.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO - Deputado Fábio Braga por cinco minutos, sem apartes.

O SENHOR DEPUTADO FÁBIO BRAGA (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, senhores e senhoras deputadas, ouvintes da TV e Rádio Assembleia, Plenário. Senhor Presidente, o que me traz hoje aqui é o relato da visita dos deputados federais à BR 135 e ao DNIT. Estiveram comigo lá o deputado Rubens Júnior, coordenador da bancada federal dos deputados, a deputada Luana Costa e o deputado Hildo Rocha, além do deputado Wellington do Curso desta Assembleia. Estivemos, primeiramente, com o superintendente do DNIT, Geraldo Fernandes, e também estivemos com os vereadores de Bacabeira, representantes das construtoras e do consórcio que administra a obra de duplicação da BR-135. Senhores, a importância dessa obra de recuperação e duplicação é muito grande para o estado do Maranhão, essa obra já vem se arrastando há vários e vários anos, tornando-se uma das obras mais caras no nosso País. Já foram consumidos mais de R$ 500 milhões numa duplicação que, para os maranhenses e para todos os que utilizam essa via de acesso, ainda é uma via cheia de problemas, buracos, transtornos e, diga-se de passagem, de que vem acarretando inúmeros e sérios problemas para o Maranhão. Eu estou só fazendo um relato aqui. Nós temos a ponte Estreito dos Mosquitos com problemas, a parte da entrada de São Luís, quem vem no sentido Município de Bacabeira/São Luís, nós temos a ponte com problema, nós temos um problema na rotatória em Bacabeira, haja vista que os vereadores que estiveram com os deputados, lá em Bacabeira, reunião na Câmara se mostraram insatisfeitos com o Projeto a ser executado naquela cidade, haja vista que um muro será feito para dividir uma parte a outra da cidade. O que vai ocasionar muitos problemas no comércio local, no município de Bacabeira. Os vereadores pediram que eu fizesse este relato no sentido que fosse observado, já que não houve nenhuma audiência pública, na época, do projeto de 2008, da BR-135, dessa duplicação. Portanto está feito aqui o relato que os vereadores pediram que eu fizesse a respeito da questão da rotatória. E outra, é o problema também da duplicação que vai de Bacabeira/Entroncamento, Entroncamento/Miranda. Essa está precisando ainda da questão ambiental que foi encaminhada à Secretaria e está faltando os pareceres devidos para a liberação da obra, o que nos preocupa haja vista que a obra tem valores garantidos e também data para começar e para terminar. Mas a importância da BR-135 para os maranhenses é muito grande, nós temos hoje os Polos de Grãos da Região Sul, da região de Balsas, nós temos os Polos de Grãos da região de Chapadinha, e nós temos os Polos de Pecuária e também os Polos Turísticos de Barreirinhas. Todos dependem essencialmente dessa duplicação. Essa duplicação acarreta para todos esses seguimentos uma série de problema encarecendo e muito. Eu citei lá na reunião com os vereadores em Bacabeira um dos problemas mais graves do turismo hoje é que Jericoacoara comemora a inauguração de voos charters e voos locais, nem em Fortaleza. O que pode provocar num curto prazo de tempo o deslocamento de turista via Fortaleza, passando por Parnaíba e por Parnaíba indo a Barreirinhas, sem necessariamente esses turistas via aérea descerem em São Luís, por conta desse transtorno que é sair de São Luís a Barreirinha, numa viagem que levaria poucas horas e seria rápida e segura. Está se tornando complicada, insegura e fazendo com que muitos dos turistas abandonem esse percurso, portanto, esse atraso na obra tem prejudicado e muito o Maranhão no turismo, na exportação, no comércio. Tem feito com que boa parte dos investidores tenham tido preocupação em investir, haja vista que as exportações através do

Porto do Itaqui precisam necessariamente ou da ferrovia ou da estrada, que hoje se encontra paralisada em alguns pontos. Houve uma retomada. Nós fomos aos canteiros de obras, nos dois canteiros de obras do consórcio que administra essa estrada e observamos que hoje houve uma aceleração um pouco na obra, mas que estava há vários e vários dias parados em decorrência da chuva. E o que nos preocupa mais ainda é que essa obra tem que ser terminada boa parte dela até Dezembro, Deputado Cabo Campos, porque o ano que vem é um ano que teremos o efeito La Niña e que deveremos ter chuvas, começando a partir de dezembro, até mais ou menos meados de junho e julho do próximo ano, o que dificultaria muito caso essa questão da duplicação não seja concluída este ano. Ela tem necessariamente boa parte que ser concluída ainda este ano, senão, vamos ter uma paralisação a partir de dezembro. Isso é que foi relatado também pelo empresário BB Mendes, que é um empresário de Itapecuru que investe muito no polo cerâmico de Itapecuru, mas investe também na produção de cereais e de grãos no estado do Maranhão. Ele nos relatou os problemas advindos do aumento de custo desses grãos para exportação e para o consumo na capital maranhense. Portanto, fica o relato da comissão presidida pelo deputado Rubens Júnior com a participação da deputada federal Luana, deputado federal Hildo Rocha e do deputado estadual Wellington do Curso, com representantes das entidades do governo federal, principalmente do DNIT e da administradora do consórcio que hoje faz parte da duplicação da BR-135.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Deputado Raimundo Cutrim por cinco minutos, sem apartes.

O SENHOR DEPUTADO RAIMUNDO CUTRIM (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, senhores deputados, imprensa, internautas, boa tarde a todos. Eu nesses dias estava lendo através do *WhatsApp*, esses grupos como também os blogs. E tem um fato que me deixou preocupado. Eu vi em alguns blogs quatro tipo de pessoas diferentes aqui de gangues aqui de São Luís ou facções , eu não sei como queiram chamar, as pessoas, porque outro foi numa área deles atirando na mão, na perna. Isso aí é um poder paralelo. Isso está ficando perigoso. E mais perigoso ainda porque a própria imprensa divulga. E essa divulgação estimula as outras pessoas. As outras pessoas que eu digo envolvidas na criminalidade. Isto é um fato absurdo, é um fato que em pleno século 21 nós não poderíamos estar assistindo este tipo de coisa. E as pessoas atirando na perna, na mão para servir de exemplo para não fazer isso, aquilo outro, porque fez alguma coisa que aquela facção está contra. E a Polícia tem que correr atrás dessas pessoas, porque elas estão fazendo isso e estão aparecendo a cara das pessoas. Isso aí é público, não faz nem escondido, tanto a vítima como quem pratica o crime. Então nós chegamos numa situação tão absurda, mas tão absurda que é deplorável a gente estar assistindo a um fato dessa natureza em pleno século 21. O Sistema de Segurança tem que trabalhar para que isso não possa ocorrer. Tem que prender essas pessoas, instaurar inquérito, porque ficou uma situação absurda, as pessoas atirando e ninguém se esconde, perderam o respeito pelo sistema de segurança. Quando eu disse aqui, há poucos dias, que o sistema de segurança estava na UTI, alguém achava que o Cutrim estava na oposição, não, é a realidade, está muito ruim, a segurança está muito ruim, nós temos que rever em que estamos errando, para que a gente possa acertar. Nós não podemos deixar que o nosso direito de ir e vir comece a ter obstáculos colocados por facções diversas das quais ouvimos falar. Tem local aí que você não pode ir durante a noite ou depois das 18 horas. Então são fatos absurdos, é um alerta, eu fiquei preocupado. Nesse final de semana, eu vi em alguns blogs quatro tipos diferentes de criminalidades. As pessoas pedindo pelo amor de Deus, e ali é uma tortura, e eu acredito que nem na época do Hitler se viu uma coisa assim. Nem na época do Nazismo se viu um absurdo desses. Então nós temos os deputados, temos que nos irmanar e conversar com o governador, com o sistema de segurança. Essas pessoas não podem passar 24 horas sem a polícia prender. Foi filmado eles atirando e as pessoas se lamentando, então nós temos que tomar uma providência, isso é um fato gravíssimo que não pode ocorrer em pleno século 21. Eu penso que, tanto aqui o Poder Legislativo como o sistema de segurança, o Poder Judiciário e o Ministério Público, vamos todos abraçar essa causa. Vocês lembram, em 98, a situação do Maranhão. O Estado tinha perdido o controle, mas naquela época juntou-se o sistema de segurança pública, a Assembleia Legislativa, o Poder Judiciário e o Ministério Público e se fez um trabalho que nunca ocorreu no estado do Maranhão. Era só isso, senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO - Deputado Sérgio Vieira, cinco minutos sem apartes.

O SENHOR DEPUTADO SÉRGIO VIEIRA (sem revisão do orador) - Boa tarde, senhores deputados, imprensa, todos os telespectadores da TV Assembleia, os ouvintes da rádio, toda a população do Maranhão. Quero usar o espaço aqui para fazer o registro de que, nesse final de semana, nós estivemos reunidos com o diretor do Banco do Nordeste no Brasil, Antônio Rosendo Júnior. Fomos cumprir uma agenda da Frente Parlamentar em Defesa do Setor Siderúrgico. Quando nós fizemos a audiência pública em Açailândia para tratar do assunto, um dos encaminhamentos frutos da audiência pública foi de tentar viabilizar, o mais rápido possível, de intervir junto à diretoria do Banco do Nordeste do Brasil para que saísse o empréstimo para uma empresa que está construindo uma aciaria em Açailândia. Concluímos que é uma das formas de combater a crise porque a empresa está verticalizando a sua produção, passando do gusa para produzir o aço. Nesse final de semana, eu cumpri essa agenda e tive a feliz notícia de que esse processo para o financiamento da aciaria está fazendo a sua última etapa que se chama o setor de laminação, que é onde o produto sai o aço em lingotes e passa para fazer o subproduto do aço. Isso inclusive pode criar todo um clima para que outras empresas do setor, que usam o aço como arame, prego, lataria de automóvel, se instalem em Açailândia e região e venham para o Maranhão. Essa foi uma das conclusões que nós tivemos e que eram necessárias ser feitas por meio da audiência pública, daí a importância dessa audiência pública. Nós tivemos a garantia do diretor Antônio Rosendo Júnior de que, nos próximos 30 dias, esse processo será concluído e possivelmente com sua aprovação porque o processo está em conformidade com as regras e com a legislação para que o Banco do Nordeste aporte esse dinheiro para esta empresa para que ela termine a construção da sua aciaria, gerando empregos, dividendos, dinheiro e movimentando a economia de Açailândia e região. Então essa foi uma das medidas que nós tomamos, cumprindo mais uma agenda, um ponto do que ficou definido que iríamos fazer derivado dessa audiência pública que fizemos em Açailândia, onde estiveram presentes vários deputados, a Vale do Rio Doce, os representantes do setor siderúrgico, o presidente do SIFEMA (Sindicato do Ferro do Maranhão), o senhor Cláudio Azevedo, o qual eu tive a grata satisfação de receber na Assembleia na quinta-feira passada. Dessa reunião nós decidimos marcar uma reunião com o diretor do Banco do Nordeste, mas, como ele trabalha em Fortaleza, fiquei o final de semana aguardando e foi possível nós realizarmos essa audiência com o diretor Antônio Rosendo Junior. Então, desta forma, trazendo ao conhecimento da população do Maranhão, trazendo o conhecimento dos colegas deputados, aqueles que fazem parte da Frente Parlamentar em Defesa do Setor Siderúrgico, que nós estamos cumprindo as nossas agendas. Nós não fizemos audiência pública simplesmente por fazer, para fazer barulho. Nós fizemos audiência pública para que dela se derivassem os encaminhamentos, para que a partir dela nós tomássemos algumas ações. Já tomamos essa ação e a próxima ação será irmos a Brasília pedir o apoio da bancada dos deputados federais do Maranhão para que eles venham conosco nessa luta para que, irmanados, parlamento estadual e representantes que nós temos no Parlamento federal, consigamos fazer muito mais, cumprir muito mais encaminhamentos e atingir os objetivos da audiência pública, que é

contribuir para que a gente não deixe o setor fechar no Maranhão, para que esse setor não sofra mais ainda, demitindo mais pessoas, criando um desemprego maior, dando a sensação de abandono do setor. Então por isso que nós fomos cumprir as nossas metas, os nossos objetivos e os nossos encaminhamentos. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Deputado Rigo Teles, por cinco minutos sem apartes.

O SENHOR DEPUTADO RIGO TELES (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, imprensa, galeria, amigas e amigos que nos assistem através da TV Assembleia. Senhor Presidente, eu estive essa semana passada iniciando na quarta-feira, dia 21 agora do mês corrente, uma maratona pelo interior do Maranhão, onde iniciei, na quarta-feira, uma visita à cidade de Itaipava do Grajaú. Cidade esta que no dia 21 estava completando também 21 anos de emancipação política. O aniversário daquela cidade Itaipava do Grajaú, cravada lá nas margens do Rio Grajaú, cidade administrada pelo prefeito Joãozinho do Dimaizão, que vem fazendo um excelente trabalho à frente da administração daquele município, onde participamos de inaugurações, participamos do final do campeonato de futebol daquele município da região. E à noite nós participamos das festividades de 21 anos de emancipação política da cidade de Itaipava do Grajaú. Então parabéns ao povo de Itaipava do Grajaú, um povo amigo, um povo hospitaleiro, um povo que realmente sabe muito bem receber as pessoas. E uma cidade que vem se desenvolvendo muito naquela região, na região central, região centro sul do Maranhão, um exemplo de administração. E em seguida tivemos várias reuniões no outro dia com os vereadores, com a sociedade civil. Estivemos percorrendo alguns povoados e, no sábado, estivemos numa cavalgada na cidade de formosa da Serra Negra. Cidade esta bonita, até o nome é bonito: Formosa da Serra Negra. Cidade esta em que estivemos participando da cavalgada histórica daquela cidade, festejo daquela cidade, festejo, uma cavalgada, festejo de Santo Antônio. Foi uma cavalgada muito bonita com a missa pela manhã, em seguida, três horas de cavalgada, percorrendo todas as ruas da cidade com mais de 3000 mil participantes, mais de 3000 mil animais e, então, pessoas participando realmente. Teve as concorrências, as disputas. Muito bacana, muito bonito. Aquilo é o exemplo que vem para valorizar o homem nordestino. E também, em seguida, após a cidade de Formosa da Serra Negra, com o meu amigo Juscelino, com o nosso grupo que nos apoia lá com o prefeito, com o ex-prefeito Cláudio Arruda também, que estava presente. E também em seguida estivemos também na cidade Fortaleza dos Nogueiras, acompanhado do prefeito Aleandro Passarinho, dos vereadores. Mas nós também percorremos as cidades, participamos de movimentos sociais na cidade, abertura do festejo também naquela cidade. E ontem, domingo, participamos também dos festejos, de todas as festividades, da inauguração de obras. Em especial, uma grande inauguração da garagem da prefeitura municipal de São Pedro dos Crentes, acompanhado do prefeito Dr. Laézio, que estava presente com a ex-prefeita também que estava presente, Luiza Coutinho, os vereadores. E também participamos de uma grande cavalgada lá na cidade de São Pedro dos Crentes, também muito bonita, muito organizada. Hoje a cavalgada é disputada em toda região do Maranhão, mas precisamente lá no sul do Maranhão. Então participamos intensivamente nesses dias, não estava presente aqui, mas estava nestas festividades, visitando os municípios que represento. A responsabilidade de me colocar como deputado estadual e esta responsabilidade de levar os recursos destinados ao município e participar das festividades. Então foi agenda extensa, mas muito proveitosa. Realmente tivemos participação, conversando com a sociedade, com a classe política, com as pessoas, as reivindicações. Isso é muito importante, porque o eleitor tem a satisfação em receber o vereador em sua residência, o prefeito, o deputado estadual, federal todos que da classe fazem parte visitar os municípios e levando as ações e, assim, discutindo com a população mais de perto quais são as ações. Nós, quando terminamos uma visita dessas em vários municípios, estamos trazendo várias reivindicações e vamos trabalhar com o objetivo de conseguir os recursos, conseguir trabalhar para que essas reivindicações sejam transformadas em benefícios e levados à sociedade dos respectivos municípios que eu já falei anteriormente. Então, parabéns à Cidade de Itaipava do Grajaú, parabéns à Cidade de Formosa da Serra Negra, Fortaleza dos Nogueiras e São Pedro dos Crentes e a minha querida Barra do Corda que ontem à tarde cheguei em Barra Corda e participei à tarde e à noite e, hoje pela manhã, eu fiquei na minha querida cidade de Barra do Corda.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Senhores deputados, algum deputado ou deputada gostaria ainda de se inscrever no Pequeno Expediente? Deputado Sousa Neto, por cinco minutos, sem apartes.

O SENHOR DEPUTADO SOUSA NETO (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, deputadas, galeria que aqui se encontra o meu amigo e irmão Bubu, aos amigos da imprensa, a TV Assembleia. Meus amigos, eu estou com vários documentos, porque há 3 semanas, eu fiz uma audiência pública sobre a outorga d'água e sobre a licença ambiental, meu amigo Lisboa, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente tem dificultado muito a essas pessoas que trabalham e que tem o compromisso grande para poder ter o seu ganha pão. O que é isso, eles fazem o projeto. Os projetos são feitos por meio de engenheiros técnicos, os bancos tanto do Nordeste, Banco da Amazônia, Banco do Brasil e a Caixa Econômica recebem esses projetos e a Secretaria de Meio Ambiente simplesmente não libera a outorga e a licença ambiental. Isso tem causado um prejuízo muito grande a todos os pequenos produtores e àquelas pessoas que realmente querem que seus projetos sejam contemplados. Aqui eu trago até um boletim de ocorrência que eu não vou divulgar o nome, tem um boletim de ocorrência, as empresas ou uma empresa, lá de Paço do Lumiar, inclusive com os boletos do Banco do Nordeste já sendo vigente pagando os boletos do Banco do Nordeste. Mas pagando por quê? Porque foi aprovado o projeto da outorga d'água e da licença ambiental. Só que a Secretaria de Meio Ambiente não liberou, ou seja, há uma questão muito difícil de entendimento. Por que não liberam, Senhor Presidente? Todo mundo aqui querendo saber. Está aqui, eu tenho os documentos. Agroamigo - Banco do Nordeste, liberando o financiamento do projeto, só que a Secretaria de Meio Ambiente não consegue liberar. Será que essa mesma secretaria, por que não vetou uma obra de um prédio, na Península da Ponta D'Areia? É questão financeira? É questão pessoal? Por que o secretário não faz isso? E eu conheço o Secretário de Meio Ambiente, Marcelo Coelho. Meu amigo, reveja a questão dos pequenos agricultores e a questão da outorga d'água, a questão da licença ambiental, porque licença ambiental para liberar um prédio ser construído numa área que todos estão reivindicando, que é uma área ambiental, está sendo liberado, por que para os pequenos não pode ser liberada essa licença ambiental? É uma pergunta que não quer calar. Todos os pequenos agricultores estão sendo prejudicados. O Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal estão com recursos para poder financiar, estou com a prova disso aqui. O Banco do Nordeste liberou financiamento para criação de peixe, só que, infelizmente, a Secretaria, deputada Nina, não libera a licença ambiental, e nem a outorga d´água, não libera. Fica o meu pronunciamento, agradecer, porque eu estou vendo aqui a prefeita Luana, de Vitorino Freire, deputado Stênio, fica o meu protesto contra a Secretaria de Meio Ambiente que tem que liberar, deputado Rogério Cafeteira, talvez V. Ex.ª possa ajudar, porque os pequenos agricultores estão sendo prejudicados, estou com várias provas aqui; liberação do Banco do Nordeste para produção rural, mas só que não obtém a licença e a outorga d'água. Fica o meu protesto. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Deputado Júnior Verde, por cinco minutos, sem apartes.

O SENHOR DEPUTADO JÚNIOR VERDE (sem revisão do orador) – Excelentíssimo Senhor Presidente Othelino Neto em exercício nesta Casa, em nome de quem quero saudar os nobres parlamentares presentes nesta Sessão, cumprimentar a imprensa, a galeria, a todos que nos acompanham em todo o Estado do Maranhão. Que Deus nos abençoe. Nós temos vários assuntos, Senhor Presidente, mas eu quero iniciar destacando um que eu já havia feito um pronunciamento, em 2015, e eu queria até convidar a imprensa, que ela pudesse resgatar um pronunciamento que eu fiz sobre a necessidade de um departamento aeroviário no Estado do Maranhão. E eu dizia naquela época que o Maranhão mais uma vez ia perder recurso e mais uma vez nós não implantaríamos os aeroportos necessários para desenvolver o turismo do Estado do Maranhão. E eu dizia isso porque eu dei uma ideia ao Governador Flávio Dino, por meio da Indicação nº 129/2015, está em nossas mãos, Indicação nº 129, vocês podem resgatar, solicitando que o estado pudesse criar um Departamento Aeroviário. E eu estou resgatando, Senhor Presidente, este pronunciamento de 2015 para fazer referência a um evento atual que foi a inauguração do Aeroporto de Jericoacoara, no Estado do Ceará, com voo comercial vindo de Congonhas, ou seja, Jericoacoara, o Ceará, mais uma vez, fomentando turismo, gerando divisas, fortalecendo o seu estado. E o Maranhão? Nós precisamos desenvolver o turismo em nosso estado, desenvolver as relações comerciais. Balsas e eu recordo que o deputado Stênio, já veio aqui defender a necessidade do aeroporto em Balsas, o deputado Rigo Teles veio aqui e falou com todo o entusiasmo sobre a questão dos aeroportos, deputado, que V. Ex.ª fez destaque dos milhões de reais que o Maranhão teria para implantar em aeroportos. E eu pergunto: Onde estão os aeroportos? Estão no Ceará, está aqui a inauguração do de Jericoacoara, no município de Cruz. E eu digo isso ressentido por conta de uma demanda que eu acredito que é fundamental para desenvolver o turismo, gerar emprego, gerar renda para o nosso estado. Então, eu hoje nesta tarde, mais uma vez, vou inclusive reiterar a necessidade, nobre Presidente Othelino Neto, reiterar essa indicação falando ao Governo que nós precisamos de assessoria técnica, o Governo do Maranhão precisa fomentar a aviação civil, nós precisamos desenvolver o nosso Estado por meio das logísticas necessárias. O deslocamento daqui para Balsas nós sabemos são 826 quilômetros São Luís/Balsas de carro, o que não encurtaria a distância, não é só encurtar a distância, é encurtar realmente oportunidades, dar oportunidades nesse encurtamento de distância. A aviação civil é fundamental para o desenvolvimento do turismo, para realmente fortalecer, trazer divisas para o Estado do Maranhão e eu, ao ler essa reportagem, falando aqui da inauguração, o Governo Federal, disponibilizou R$ 14.4 milhões, da Secretaria da Aviação Civil do Governo Federal para o Estado do Ceará. Por que o Maranhão não aplica esses recursos? Porque havia milhões de reais, deputado Cabo Campos, para ser aplicado, por falta de assessoria técnica, de projetos, deputada Nina, para ir lá buscar o recurso. É a captação de recursos, e eu dizia, eu falei isso para o próprio Governador: Crie o departamento, porque nós vamos ter um captador de recursos para ir buscar o recurso, que é da aviação civil que está disponível. E inclusive na própria justificativa, e isso em 2015, eu falava, por exemplo, o Programa de Aceleração do Crescimento estava prevendo o recurso da ordem superior de mais de R$ 330 milhões para serem aplicados na aviação civil no país. E o Maranhão podia receber este recurso, podia receber parte deste recurso, então é preciso que nós possamos e, mais uma vez, solicito ao Governo do Estado e eu faço por este pronunciamento, destacando que é possível quando se tem a assessoria técnica, se vai buscar e nós realmente vamos perceber que é fundamental esta assessoria e aqui destaquei em 2015, fiz também referência em 2016 porque entendo que estamos em 2017 e já quase 3 anos de gestão, nós precisamos desenvolver o nosso Estado mais ainda. E nós reconhecemos os esforços e aqui faço referência, os esforços das estradas vicinais, das MAs, da pavimentação de vias, mas nós precisamos ir além, precisamos desenvolver o nosso Estado de forma plena e aqui hoje mais uma vez destaco falando de algo que aconteceu e o Estado vizinho nosso aqui porque teve a capilaridade, a capacidade de buscar esse recurso, de desenvolver o projeto com técnicos capazes que fizeram e deram resultado. Está aqui o aeroporto inaugurado no Ceará, no município de Cruz, ali já que é o aeroporto de Jericoacoara e nós, aqui no Maranhão, as belezas naturais que nós temos, os Lençóis Maranhenses, Barreirinhas não tem aeroporto, Balsas não tem aeroporto e o Maranhão padece de uma situação que já deveria ter sido resolvida que falta realmente esse engajamento maior por parte deste departamento. Volto aqui a reiterar a necessidade da criação de um Departamento Aeroviário, muito obrigado, que Deus abençoe a todos.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO - Deputado Wellington do Curso, por cinco minutos, sem apartes. Registro a presença da prefeita Luana, de Vitorino Freire, seja muito bem-vinda, prefeita. Deputado Wellington.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, demais Membros da Mesa, senhoras e senhores deputados, galeria, imprensa, internautas, telespectadores que nos acompanham através da TV Assembleia. Senhor Presidente, quero inicialmente fazer o registro de uma audiência pública realizada na última sexta-feira às 9 horas da manhã na Cidade de Lago Açu. Já é a terceira audiência que realizamos pela comissão de administração com a mesma temática, com a mesma vertente, que é a audiência pública para tratar das contratações irregulares por parte das prefeituras no interior do Estado do Maranhão, ou melhor, pela administração pública do Estado do Maranhão, principalmente das prefeituras. Realizamos a primeira audiência pública na cidade de Barreirinhas, realizamos a segunda audiência pública na cidade de Anapurus. E realizamos, na última sexta feira, a terceira audiência pública nesta linha na cidade de Lago Açu. E nós ouvimos os aprovados no concurso, detectamos os problemas apontados pelos aprovados no concurso da cidade de Lago Açu. E os encaminhamentos nós estaremos apresentando também nesta Casa, além de apresentar ao Ministério Publico, como já solicitamos ao Ministério Publico, investigação das irregularidades apontadas pelos aprovados. São elas: contratações irregulares, contratações que deixam margem para discussão, inclusive, judicialização. Os aprovados no concurso realizaram o concurso no início de 2016 e até agora não foram chamados, não foram nomeados. Uma grande quantidade de contratações temporárias de forma precária. E, além disso, também, a possibilidade de nepotismo, como também foi identificado na cidade de Barreirinhas, como também foi identificado na cidade de Barreirinhas, como também identificado em Anapurus e identificado também na cidade de Lago Açu. E já protocolamos... Hoje, inclusive, estamos divulgando a matéria nesse sentido. Já protocolamos no Ministério Público em Bacabal, que é a quem cabe a fiscalização na cidade de Lago Açu, todas as denúncias coletadas durante a audiência Pública. Hoje, Senhor Presidente, participamos de três audiências públicas. A primeira no início da manhã, presidida pelo Deputado Eduardo Braide. Ele com certeza trará mais detalhes, que é sobre o Conselho Universitário. E agora, no início da tarde, no auditório Neiva Moreira, uma audiência presidida pelo Deputado César Pires, que trata do Projeto de Lei Partido Sem Escola. E no início da manhã, logo após a audiência realizada no plenarinho, nós nos deslocamos para a BR-135, onde a comitiva dos Deputados Federais estava fazendo fiscalização da obra, os deputados Rubens Júnior, Deputada Luana, Deputado Hildo Rocha. Logo após a vistoria na BR, nós fomos para uma audiência com os vereadores na Câmara Municipal de Bacabeira. Qual o tema da audiência? Audiência provocada pelos vereadores com o objetivo de discutir as obras, principalmente do anel que faz a ligação dentro da cidade de Bacabeira, porque até hoje, Prefeito, os vereadores não tomaram ciência de como seria o projeto. E eles têm uma reclamação pertinente por parte da população, porque não se sabe ao certo como será essa duplicação na

parte que faz essa alça na cidade de Bacabeira, no destino de quem vai para Morros, Barreirinhas. E eles estão com receio de que a cidade fique dividida como se fosse um muro, como está sendo projetado lá na cidade de Bacabeira. E também foi definida uma audiência para a próxima segunda-feira, às 09 horas da manhã, na sede do DNIT e provavelmente uma audiência pública também na cidade de Bacabeira para tratar do tema. Mas o que eu trago de inovação, de novidade para esta Casa é que, nos próximos 10 dias, o mais tardar dia 05 de julho, o primeiro trecho da BR-135 estará sendo liberado, que é um trecho de sete quilômetros. Então acreditamos que, nos próximos 10 dias, um trecho de sete quilômetros da BR-135 estará sendo liberado. É um tema de suma importância que já foi abordado por vários outros deputados nesta Casa, deputado Eduardo Braide, deputado Fábio Braga, deputado Fábio Macedo, deputado Vinicius Louro, e pela Comissão de Obras desta Casa. Então acreditamos que, nos próximos 10 dias, esse trecho de sete quilômetros será liberado e que os nossos olhos se voltam ainda para a conclusão do primeiro trecho de duplicação da BR-135. É o que tinha para o momento, senhor presidente. Muito obrigado pela atenção.

IV – ORDEM DO DIA.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Projeto de Lei nº 001/2017, do Poder Executivo (lê). Em discussão. Em votação. Os deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vai à sanção. Projeto de lei de autoria do Poder Executivo (lê). Em discussão. Em votação. Os deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vai à sanção. Projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, que institui o programa estadual Mais Alfabetização e dá outras providências. Em discussão. Em votação. Os deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vai à sanção. Projeto de Lei 101, de autoria do Poder Executivo, que cria o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado do Maranhão e dá outras providências. Em discussão.

O SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO CAFETEIRA – Senhor presidente, eu pediria que fosse chamada a atenção para que a gente pudesse prestar atenção na votação.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Senhores deputados, estamos na Ordem do Dia. Em discussão. Em votação. Os deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Projeto de Resolução Legislativa nº 024, de autoria do deputado Othelino Neto. Senhores deputados, esse projeto de resolução, de minha autoria, e o projeto seguinte, o primeiro concede a Medalha Manoel Bequimão ao governador do Estado do Piauí, Wellington Dias, e o projeto de resolução seguinte... Eles dependem de parecer das comissões. Eu vou suspender a sessão rapidamente só para que as comissões emitam parecer. Logo em seguida, daremos continuidade à Ordem do Dia. A Sessão está suspensa.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO - Declaro reaberta a sessão. Com a palavra, o Deputado Marco Aurélio.

O SENHOR DEPUTADO PROFESSOR MARCO AURÉLIO – Presidente, o Projeto de Resolução Legislativa 024/2017 foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça. Projeto de Resolução legislativa 025, aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça. Obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Projeto de Resolução 024/2017.

O SENHOR DEPUTADO BIRA DO PINDARÉ (questão de Ordem) – Senhor Presidente, pela Ordem. Gostaria de solicitar, com a concordância do autor, que é V.Exa., subscrever o referido projeto de Resolução que concede a medalha de mérito ao Governador do Estado Wellington Dias, não por outra razão, mas porque conheço pessoalmente o Governador. É uma pessoa por quem eu tenho elevada consideração. Somos colegas bancários. Fomos presidentes do Sindicato dos Bancários. Ele lá e eu cá. E eu sei da sua índole e do seu comprometimento. Portanto, gostaria da autorização de V.Exa. para subscrever a autoria deste Projeto de Resolução. Senhor Presidente, obrigado pela atenção.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Deputado Bira.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO – Presidente, Deputado Wellington do Curso também. Solicito a benevolência de V.Exa. para que possa também me conceder a honra de subscrever também, tendo em vista o apreço e admiração pelo Governador do Estado do Piauí. Inclusive faço referência que no ano de 2016, durante inauguração e obras, na cidade dos meus avós e bisavós, ele teve a consideração de mandar o convite para esta Casa, convidando o Deputado Wellington por ter origens na cidade do Piauí. E eu tenho apreço e admiração pelo Governador do Estado do Piauí e me coloco também à disposição para subscrever, com a anuência de V. Ex.ª.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Autorizo tanto o Deputado Bira quanto o Deputado Wellington, com muito prazer, que subscrevam o requerimento. Deputado Zé Inácio.

O SENHOR DEPUTADO SOUSA NETO – Presidente, Questão de Ordem, o Deputado Sousa Neto também subscreve.

O SENHOR DEPUTADO ZÉ INÁCIO – Primeiro, parabenizá-lo por lembrar a importância que tem o Governador Wellington não só para o Estado do Piauí, mas, sobretudo, para a Região Nordeste e para o Brasil. E, como o Governador é um militante do Partido dos Trabalhadores, eu também quero fazer questão de subscrever.

O SENHOR DEPUTADO RIGO TELES – Presidente, Deputado Rigo Teles.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Deputado Rafael.

O SENHOR DEPUTADO RAFAEL LEITOA– Eu estou vendo os colegas pedirem para subscreverem. Mas a orientação que nós temos da Mesa Diretora desta Casa é que cada parlamentar teria o direito de indicar dois ou três nomes, por sessão legislativa, para receber, na verdade, uma medalha por sessão legislativa. Aí resta a dúvida se enquanto nós estivéssemos subscrevendo o seu requerimento, se todos eles estariam aí dando a sua medalha do ano de 2017, ao Governador Wellington Dias. Se não, eu também faço questão de subscrever o projeto de lei, porque também conheço e, principalmente, ali como morador da Região Metropolitana de Teresina, sei do importante trabalho que o Governador Wellington Dias tem feito não só para o Piauí, mas também em uma boa parte da Região do Maranhão que é limítrofe com o Estado do Piauí.

O SENHOR DEPUTADO BIRA DO PINDARÉ – Senhor Presidente, pela Ordem.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Deputado Rigo, em seguida, Deputado Bira.

O SENHOR DEPUTADO RIGO TELES (aparte) – Presidente, realmente é de grande importância essa Casa homenagear o Governador

do Estado do Piauí. Governador esse que esteve agora há menos de 15 dias conosco no Congresso da UNALE em Foz do Iguaçu, onde fez uma palestra muito brilhante. Tem conhecimento amplo da realidade que está acontecendo no País. E peço a permissão de V.Exa. para me subscrever, Senhor Presidente, peço também para me subscrever.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Com o maior prazer, Deputado Rigo. Deputado Bira.

O SENHOR DEPUTADO BIRA DO PINDARÉ (aparte) - Senhor Presidente, apenas pela ponderação aí do Deputado Rafael Leitos. Dizer que a nossa manifestação em subscrever tem efeito mais simbólico, que V.Exa. e a Mesa interpretem dessa forma, porque a autoria continua sendo de V.Exa. E nós o cumprimentamos e parabenizamos pela iniciativa. E todos nós que estamos aqui nos manifestando, eu acho que é no sentido de reforçar o entendimento da importância da iniciativa pelo significado que tem a presença política do Wellington Dias no Piauí, na região Nordeste e no Brasil também. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Grato pelas palavras, Deputado Bira. Logo em seguida à aprovação, eu já vou informar nesta sessão aos deputados e às deputadas o dia da entrega e já convidá-los para participar. Em discussão. Em votação. Os deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Projeto de Resolução Legislativa nº 025. (lê). Em discussão. Em votação. Os deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Requerimento nº 468, de autoria do Deputado Rigo Teles. (lê). Em discussão. Em votação. Os senhores deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Requerimento nº 470, de autoria do deputado Eduardo Braide (lê).

O SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO CAFETEIRA - Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO - Concedo a palavra ao deputado Rogério Cafeteira.

O SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO CAFETEIRA - Senhor presidente, eu gostaria apenas de colocar aqui o encaminhamento da liderança do governo pela rejeição do requerimento. Eu acho até que, no caso como esse indicado, seria fazer o deputado apresentar uma indicação ao governo do Estado, mas de já coloco à posição da liderança do governo.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Para discutir o requerimento, está inscrito o autor, deputado Eduardo Braide, que terá dez minutos.

O SENHOR DEPUTADO EDUARDO BRAIDE (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, senhores deputados, telespectadores da TV Assembleia, imprensa, galeria, nós apreciaremos agora o Requerimento nº 470/2017 que solicita ao Exmo. Senhor Governador do Estado, deputada Andréa Murad, que encaminhe projeto de lei a esta Casa, revogando o aumento que concedeu na energia elétrica que começou a vigorar no dia 15 de março deste ano. Por que apresentei esse requerimento, deputada Andréa? Por um simples motivo. Nós estamos vendo agora que a ANEEL está convocando, deputado Sousa Neto, para uma audiência pública que irá definir os índices de reajuste da tarifa de energia elétrica que vigorará a partir de agosto deste ano. Portanto, senhores deputados, inevitavelmente o maranhense já vai sofrer um aumento na sua conta de energia elétrica, deputado Zé Inácio, em agosto deste ano. E qual é a finalidade? Ora, se quando o governo do Estado encaminhou para cá a mensagem, deputada Andréa Murad, alegando e justificando a necessidade de aumento da arrecadação e usou a energia elétrica para isso, para que possa melhorar a arrecadação da receita estadual com um simples aumento que terá na tarifa da energia elétrica, perde o sentido desse aumento dado pelo governador do Estado no ICMS da energia elétrica. Por outro lado, não é justo nós fazermos o maranhense pagar duas vezes no ano uma sobrecarga na sua conta de energia elétrica. Então, esse é o motivo da apresentação desse requerimento, uma vez que já haverá o reajuste tarifário por força de contrato de concessão que será discutido em uma audiência pública no dia 06 de julho, a ser comandada pela Aneel. Então, que fique a sensibilidade dos deputados desta Casa, o governador poderá ou não atender a esse pedido e é um pleito que esta Casa vai fazer ao governador do Estado para que ele encaminhe projeto de lei, deputado Stênio Rezende, uma vez que o aumento de arrecadação que ele imaginava ter quando aumentou o ICMS da energia elétrica, principalmente dos mais pobres, ele terá, deputado Zé Inácio, automaticamente quando a tarifa for reajustada por força de contrato de concessão em agosto deste ano. Então, é um pedido que fica, deputado Wellington do Curso, para que nós possamos aprovar esse requerimento a fim de que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e que ele se sensibilize, tendo em vista o aumento da energia elétrica que já vem em agosto deste ano, pois já é certo. V. Ex.ª estava na audiência pública comigo, na primeira audiência da ANEEL, quando eu fiz a pergunta ao diretor da ANEEL e ele deixou muito claro que, por força do contrato de concessão pública, haverá sim um aumento, em agosto deste ano. Vossa Excelência também é autor do Requerimento de uma Audiência Pública a ser realizada depois de amanhã para discutir esse assunto, então nada mais justo que é se a ideia do Governo do Estado era aumentar a arrecadação, ele naturalmente já vai ter o aumento da arrecadação quando a energia elétrica aumentar. O que nós não podemos, deputado Sérgio Vieira, é penalizar o consumidor maranhense duas vezes e aí nesse ponto o Governo do Estado tem a possibilidade de, a meu ver, corrigir um equívoco, que foi aumentar o ICMS da energia elétrica, principalmente dos mais pobres. Fica portanto aqui o pleito para que esta Casa...

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO - Deputado Eduardo Braide, me conceda um aparte, por gentileza.

O SENHOR DEPUTADO EDUARDO BRAIDE - Concedo o parte ao deputado Wellington do Curso.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO (aparte) - Deputado Eduardo Braide, é uma discussão de suma importância, quero parabenizá-lo pela autoria do Requerimento e ao mesmo tempo subscrever com a vossa anuência subscrever e tentar sensibilizar os demais deputados porque o que está acontecendo é a dupla, a dupla penalização da população e duplamente o governo vai sair ganhando. Porque o governo vai sair ganhando com o aumento do ICMS, que já está em prática e vai ganhar também com o aumento definido pela ANEEL nas contas da CEMAR e a população vai ser penalizada duas vezes. Já foi penalizada inicialmente que nós tivemos uma votação acirrada nesta Casa, uma ampla discussão nesta Casa. Mas, infelizmente, não conseguimos sensibilizar a base do governo nem o governo do Estado, então a população em dois momentos num mesmo ano terá uma penalização, uma penalização árdua porque todos vão sentir com isso, desde o pequeno consumidor ao pequeno empresário, ao grande empresário. Se nós tivermos a compreensão da quantidade de empresas que já foram fechadas no ano de 2016, 2017, nós podemos inclusive prever que com esse aumento a mais que pode gerar, pode decidir de 14, estava fazendo os cálculos hoje de 14 a 21%, com esse aumento de 14 a 21% nas contas de energia, a partir do mês de agosto, pode ter certeza de que muitas empresas fecharão as suas portas no Estado do Maranhão. Então é um momento de reflexão, é um momento de sensibilidade e solicitar a base do governo também que tem essa compreensão. Então, a revogação é nada mais do que justo e levando em consideração, como já foi observado por V. Ex.ª, que o Governo já vai arrecadar, o Governo já vai ganhar com esse

aumento na conta de energia, a partir de agosto, ou seja, o governo vai ganhar duas vezes e a população vai se arrebentar, a população vai perder duas vezes, somente no ano de 2017. E eu não acredito infelizmente, eu não quero crer que essa é forma de fazer mudança do Governo do Estado do Maranhão, que nós estamos visualizando, vislumbrado e nós estamos conhecendo na pele, na conta e no bolso a forma de fazer mudança no Estado do Maranhão. Uma mudança para pior, uma mudança que penaliza a população com encargos e quando o povo sofre com o taxas, com encargos, com impostos, com certeza, é um Governo que tem a tendência natural a ir à ruina, não sou que estou dizendo isso, a própria Bíblia já nos diz isso e também a história nos mostra, que quanto mais a população padece e é penalizada com aumento de impostos, o Governo tem uma tendência natural ao fracasso. Então, solicitamos a benevolência dos demais pares, da base do governo e do próprio Governador Flávio Dino para que possa atender a essa solicitação, a esse requerimento de revogação e, mais uma vez, subscrever o requerimento de Vossa autoria.

O SENHOR DEPUTADO SOUSA NETO (aparte) – deputado Eduardo Braide. Queria primeiramente parabenizar V. Ex.ª, mais uma vez, sempre sereno, claro, direto, contra este governo comunista que tem trabalhado em prol, contra o povo do Estado do Maranhão. Vossa Excelência é muito pragmático, traz sempre o cerne da questão. Então, Vossa Excelência está de parabéns. Vossa Excelência tem todo o meu respeito e admiração e que a gente não pode recuar porque a gente não pode se intimidar. V. Exa. sabe que semana passada houve um embate. Então, assim, a gente não pode recuar contra aquelas pessoas que tentam intimidar a gente, por meio do Governador do Estado do Maranhão. Vossa Excelência está sendo claro, objetivo e direto. Eu quero parabenizá-lo, Deputado Eduardo Braide, e dizer que V. Exa. tem toda minha confiança, minha admiração e o que Vossa Excelência quiser a gente vai votar a favor de seu projeto. Muito obrigado.

O SENHOR DEPUTADO EDUARDO BRAIDE - Muito obrigado, Deputado Sousa Neto. Concedo um aparte à Deputada Nina Melo.

A SENHORA DEPUTADA NINA MELO (aparte) – Deputado Eduardo Braide, mais uma vez, quero parabenizá-lo pela sua diligência, pela sua competência na defesa do consumidor maranhense. Aqui não se trata de ser contra ou a favor do Governo do Estado, aqui V. Ex.ª está expondo um requerimento que tem todo o meu apoio para defender o maranhense, para defender as pessoas que mais precisam e dessa forma, eu quero externar a minha admiração, o meu respeito por V. Ex.ª e, de já, dizer que voto a favor desse requerimento e também gostaria de subscrevê-lo.

O SENHOR DEPUTADO EDUARDO BRAIDE – Fica já acolhida a sua subscrição, Deputada Nina Melo. Somente para encerrar, senhores deputados, eu gostaria de lembrar a esta Casa que esse aumento de energia elétrica que vai vigorar pela segunda vez, em agosto deste ano, Deputada Nina Melo, ele vai representar um efeito cascata, se você aumenta a energia elétrica você naturalmente, deputado Sérgio Frota, aumenta a água, se aumenta a energia elétrica e a água, você aumenta tudo, deputado Sérgio Frota, e nós não podemos aceitar essa nova penalidade e penalização ao consumidor maranhense. Portanto fica de maneira técnica, de maneira clara, demonstrando que se o governo pretendia, deputado Max Barros, era aumentar a arrecadação quando aumentou alíquota do ICMS da energia elétrica, isso perde o sentido com o aumento que será dado, avalizado pela ANEEL e que por lei acontecerá a partir de agosto, daqui a poucos meses, nós teremos o aumento. Então fica, portanto a sensibilidade, mas mais do que isso, a certeza de que esta Casa aprovará este requerimento para ser encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado para que ele revogue, deputado Sérgio Frota, porque o aumento que será dado em agosto, com certeza, já suprirá a arrecadação que o governador do Estado gostaria em relação ao que foi dado com o aumento da alíquota do ICMS. Fica, portanto, aqui o pedido para aprovação deste requerimento, porque, deputado Max Barros, não é toda vez na vida que você tem a chance de corrigir um equívoco. E o Governo do Estado terá essa oportunidade sim de fazer isso agora. A arrecadação, como eu disse há pouco, aumentará quando a tarifa for reajustada e se aumentará a arrecadação, o Governo do Estado pode dar a sua contribuição, deputado Max Barros, revogando o aumento na alíquota do ICMS incidente sobre a energia elétrica. Era o que tinha a pedir a V.Exas. e pedir o apoio para que possamos aprovar este requerimento, senhores e senhoras deputados.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Senhores deputados, o projeto está...

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO – Senhor Presidente, eu solicito atenção, pois quero encaminhar a votação pelo nosso bloco, eu já pedi autorização do nosso líder.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO - Deputado Wellington para encaminhar por cinco minutos, sem apartes.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, demais membros da Mesa, senhoras e senhores deputados, galeria, imprensa, internautas, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia. Agora há pouco, esteve ocupando a tribuna o deputado Eduardo Braide, tentando sensibilizar os demais pares. Pela importância do projeto, deputado Max Barros, líder do nosso bloco, pedi anuência de V. Ex.ª, a compreensão de V. Ex.ª para que pudesse encaminhar e nosso bloco pudesse fazer a votação em favor do requerimento do deputado Eduardo Braide, primeiro, pela compreensão da importância do requerimento e, segundo, em defesa da população do estado do Maranhão. Senhoras e senhores, nós precisamos elevar as nossas mãos, as nossas consciências, para que possamos compreender efetivamente as nossas ações no Parlamento Estadual. Muitas vezes somos questionados nesta Casa, porque às vezes a Casa tem votações em favor do governo e em contrapartida muitas vezes o povo é relegado a segundo plano, às vezes até ao terceiro. Então que nós possamos agora, a pouco menos de um ano de eleição, pois 2018 já está batendo a nossa porta, a previsão novamente já começa a se acirrar a partir de agora no campo político do embate das eleições de 2018, mas nada, nada vai adiantar entrar no campo do debate para 2018 se não tivermos a compreensão dos avanços que deveríamos ter tido nos quatro anos da atual gestão, nos quatro anos do atual governo. Na nossa compreensão, algumas pautas de suma importância do governo do Estado que foram colocados na pauta nesta Casa, deputado Eduardo Braide, nós tivemos a coerência política de votar nos projetos do governo que eram bons para a população. No entanto, eu chamo a atenção para um projeto que nós identificamos que não era bom para a população em um momento de crise ética, política e principalmente financeira. Um momento que nós votamos contra o aumento do ICMS. Eu recordo, lembro os oito que votaram contra o aumento do ICMS, não por fazer oposição, até porque nós fazemos parte de um bloco, deputado Eduardo Braide, deputado Max Barros, um bloco independente, foi essa a nossa compreensão no final do ano passado e nos unimos em torno de um bloco não para fazer oposição ao governo do Estado ou por fazer oposição só por oposição, mas os nossos questionamentos com relação à política econômica do Estado, as políticas a serem desenvolvidas pelo Estado e não políticas de governo, mas políticas de Estado. Assim, muitas vezes nos deparamos com políticas de governo, políticas públicas de governo, projetos de governo e não projetos de Estado. Na última semana, tivemos uma audiência pública que a Justiça entendeu que não deveria levar À frente, porque não houve publicidade dos atos. Nós tomamos a frente em realizar a audiência pública e, em momento algum, vamos tomar a gente da ANEEL, pelo contrário, a ANEEL inclusive já marcou uma audiência pública para o dia 06 de

julho, às 14h, no auditório da UNDB. O que nós da Assembleia Legislativa estamos fazendo? Requerimentos de autoria do deputado Wellington, deputado Eduardo Braide, deputado Bira do Pindaré, deputado Fábio Braga, para que possamos trazer essa discussão também para a Assembleia Legislativa. Como é que estamos trazendo uma discussão para a Assembleia Legislativa contra o aumento da taxa de energia elétrica se esta Casa votou, há bem pouco tempo, o aumento do ICMS, que também incide na energia?! Então o pedido do deputado Eduardo Braide é coerente, por quê? O governo do Estado já está arrecadando o convênio do ICMS e vai passar novamente a arrecadar com outro aumento que é muito maior, que é o aumento de 14% podendo chegar a 21%. Anuncia-se que o aumento pode ser de 21%, estamos inclusive nos debruçando sobre esses dados, essas informações, esses cálculos que podem variar de 14% até 21%. Levando em consideração que a possibilidade do aumento da taxa de energia elétrica pelos levantamentos da ANEEL, porque existe um parâmetro de aumento de quatro em quatro anos, que o governo já vai arrecadar com isso, já vai se beneficiar com isso, o pedido do deputado Eduardo Braide é condizente, é por isso que estamos, na tarde de hoje, solicitando a benevolência, a complacência dos demais deputados para que possam votar a favor do requerimento e que o governo do Estado possa rever o seu posicionamento e possa, na medida do possível, com os argumentos, e nós já estamos apresentando, revogar o aumento do ICMS. Até porque já vai acabar muito mais com o provável aumento por parte da ANEEL. Então, Deputado Max Barros, líder do Bloco Independente, é com esse propósito que ocupo a tribuna desta Casa, pedindo ao nosso Bloco e também aos demais deputados que possam votar a favor do Requerimento do Deputado Eduardo Braide, para que o Governo do Estado possa revogar o aumento do ICMS, o que, com certeza, estará ajudando, auxiliando, as famílias mais pobres deste Estado, os microempresários, os empresários. Porque, podem ter certeza, vai ser a maior quebradeira, vai ser o maior quebra-quebra a partir de agosto, porque com o aumento de 14 a 21% nas contas de energia elétrica, com certeza, vai padecer o pobre coitado que não tem a quem reclamar. E nós temos a oportunidade de ainda corrigir esse aumento do ICMS. É o que eu tinha para o momento, Senhor Presidente, encaminhar a votação a favor do requerimento do Bloco Independente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Para encaminhar pelo Bloco Unidos pelo Maranhão Deputado Zé Inácio, por 5 minutos sem apartes.

O SENHOR DEPUTADO ZE INÁCIO (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, deputados, deputadas, galeria, imprensa que nos acompanha. Subo a esta tribuna para encaminhar contra a votação do Requerimento do Deputado Eduardo Braide. Não me sustentando, adentrando no mérito da questão que ele levanta com relação ao aumento do ICMS. Primeiro destacar que teve uma lei que foi aprovada por esta Casa, uma lei que é de competência originária, que é do Poder Executivo, e a maioria dos parlamentares aprovou, então o que eu questiono, e aí esse questionamento poderia se dirigir muito mais à Mesa, mas perdi a oportunidade de levantar a questão de ordem porque a Mesa de pronto encaminhou para a apreciação do Plenário e o deputado Eduardo, de forma oportuna, pediu para encaminhar a votação. Qual a questão que eu levanto aqui? Que há um erro, um erro improcedente, um erro de procedimento que atropela ou vai de encontro ou não bem observa o regramento do regimento interno desta Casa, que é se utilizar do instrumento do requerimento, quando na verdade o instrumento adequado seria uma indicação, deputado Bira, V. Ex.ª que é advogado, assim como o deputado Eduardo Braide, temos muitos advogados aqui nesta Casa, o erro de procedimento ou de se utilizar um instrumento no meio jurídico que não é adequado, citando, por exemplo, quando às vezes se utiliza do mandado de segurança quando na verdade seria uma medida cautelar ou vice-versa. Aqui o deputado Eduardo se utiliza de um requerimento quando na verdade deveria se utilizar de uma indicação, que é exatamente para se utilizar de proposição, sugestão de proposição para aquilo que é de competência do Executivo. Na indicação, se for discutida até no que diz respeito ao mérito do que ele debate, faixas que o governo poderia até rever do aumento da alíquota no que diz respeito à energia do ICMS, algum de nós, inclusive eu particularmente, pode até assinar ou um assessor parlamentar do deputado, ou um assessor da Mesa pode fazer uma proposição, uma indicação que até um de nós, alguns de nós governistas da base do governo não têm problema nenhum em assinar a indicação. Deputados, o instrumento do requerimento, além de ser inadequado, ele se torna uma forma de constrangimento para os próprios deputados se assim o aprovarem, porque estão indo contra uma decisão que hoje se tornou lei aprovada por nós mesmos, deputado Bira do Pindaré. E para ser mais claro com relação ao instrumento, sobretudo o instrumento do requerimento quando vem para deliberação do Plenário, o nosso regimento é muito claro ao dizer, deputado Sérgio Frota, no artigo nº 163 que o requerimento será escrito, dependerá de deliberação do Plenário e sofrerá a discussão, requerimento que solicite constituição de comissão de inquérito, constituição de comissão especial nos termos dos Incisos I e II do Artigo nº 33. Requerimento de urgência, que é muito comum nós fazermos aqui e o Plenário aprovar, quando requer sessão extraordinária, solene ou secreta, quando solicita a não realização de sessão; quando convocação de secretário de estado perante o plenário, como ocorreu aqui no caso do Clayton Noleto e do Adelmo Soares; voto de aplauso, regozijo, louvor, congratulações, etc., etc. E o caso da indicação que eu digo, julgo como o documento adequado. A indicação é a proposição em que são sugeridas aos poderes da União, do estado e dos municípios medidas de interesse público que não caibam - olha o detalhe - que não caibam em projeto de iniciativa da Assembleia, inclusive, anteprojeto de lei, cuja a competência seja de iniciativa exclusiva dos poderes, no caso, o Poder Executivo. Então eu acho que a Mesa cometeu um erro, talvez um equívoco em encaminhar para o plenário deliberar sobre essa matéria. E sem preciosismo técnico ou apego ao Regimento, eu acho que os instrumentos que têm que ser utilizados aqui tem que ser os instrumentos adequados. Então, por não ser o instrumento adequado, mais uma vez digo sem entrar no mérito, eu acho que o requerimento tem que ser rejeitado e o Deputado Braide deve encaminhar uma indicação, que, dependendo da forma como ela for escrita, nós podemos também, inclusive, subscrever. Eu me coloco até à disposição, Eduardo, se for algo que discuta uma faixa de renda que o Governador possa rediscutir a alíquota de aumento de ICMS para não atingir, principalmente, as famílias mais carentes, mais pobres do Estado, nós estamos à disposição para discutir a matéria. Muito obrigado, Senhor Presidente, pela tolerância do tempo.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO - Pela liderança do Governo para encaminhar, Deputado Rogério Cafeteira, por cinco minutos sem apartes.

O SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO CAFETEIRA (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, galeria, imprensa, eu venho aqui para encaminhar essa votação, Senhor Presidente, e encaminhar pela rejeição. E aqui vou fazer minhas colocações. Primeiro, a comparação, Deputado Marco, é totalmente desproporcional. E eu lhe digo por quê. O aumento que foi autorizado por essa Assembleia, aprovado no fim do ano passado, ele impacta numa conta de 100 reais, para a gente ter um parâmetro, entre um e dois reais. Então quem pagou, Senhor Presidente, quem pagava 100, com aumento determinado pelo Governo do Estado do ICMS, passará a pagar entre 101 e 102. O aumento agora que vai ser concedido pela ANEEL, que é uma questão legal e me parece que não é esse valor de 20%, ficará entre 12 ou 15, que realmente é um aumento significativo e ninguém discute isso. Tanto que o Governo do Estado, o PROCON tem se colocado contra, apesar disso não depender, esse aumento da ANEEL não depender de uma vontade do Executivo estadual. Isso foge da nossa competência e também do Legislativo. Então veja bem, o aumento desse, se for 15% , impacta numa conta de 100 reais, 15 reais. Então realmente o impacto é incomparável desse aumento que a ANEEL

concederá, mas é importante que a gente diga o porquê foi dado o aumento do ICMS. E apesar de, num raciocínio rápido, realmente com o aumento da alíquota, Deputado Bira, o Estado aumentar sua arrecadação, a arrecadação, quando se aumentou naquele percentual entre 1 e 2%, esse percentual significa um aumento de arrecadação de duzentos e cinquenta milhões. E para onde foram esses duzentos e cinquenta milhões? Aproximadamente entre 170 e 180, Deputado Marco Aurélio, para o aumento dos professores. E aqui é importante que a gente registre que o Maranhão hoje tem o orgulho de pagar o maior salário de professor 40 horas do Brasil. E também fomos o único Estado a conceder aumento para todas as categorias de professor. Sem esse aumento não seria possível ter dado esse aumento. Sem ter aumentado aquele percentual pequeno do ICMS, não seria possível a gente conceder o aumento aos professores. Também não seria possível, Deputado Bira, que a gente contratasse mais quase mil e quinhentos policiais. Esses outros oitenta milhões do aumento da arrecadação, Deputado Marco, é exatamente para pagamento desses novos policiais. Então veja bem. Aqui eu repito o que falei na época do aumento, nenhum governador, nenhum prefeito tem prazer em aumentar impostos. E eu também não tenho prazer em pagar mais sobre minha conta de luz, mas aquilo foi um remédio amargo. Mas é melhor um remédio amargo na hora certa do que a gente passar pelo que está passando Curitiba hoje, pelo que passa Rio de Janeiro. Curitiba, hoje, Deputado Bira, está votando um pacotaço fiscal e, simplesmente, Deputada Andréa a Câmara Municipal de lá está cercada por policiais, tamanha a confusão que está lá. Então, às vezes... Hoje eu estava assistindo o programa da Globo News, eu vi uma posição muito coerente, por que esses ajustes, por exemplo, na Previdência, não foram feitos quando a gente não estava em crise? Por quê? Porque nessa hora ninguém quer fazer, ninguém quer esse ônus de fazer as correções que são necessárias. Nós fizemos um aumento que era necessário para que as finanças do Estado continuassem saneadas, apesar de todas as dificuldades e dos sacrifícios. Então respeito a posição do deputado que apresentou o requerimento, mas acho que o caminho mais natural seria que ele fizesse uma indicação, até subscrito ou cada deputado apresentasse, eu só acho que não é interessante a gente politizar dessa forma a questão para colocar em xeque alguns deputados. Já foi votado, já foi aprovado, é um remédio que ninguém queria aplicar, mas é necessário e aqui eu estou dizendo a vocês onde foram utilizados esses recursos e onde serão utilizados. Aqui eu acho que a gente tem que se unir no sentido de tentar argumentar para que esse estudo que é feito para definir o percentual que determina o aumento que a Aneel estabelece, para que a gente discuta tecnicamente esses fatores que influenciam esse índice. Outra coisa importante que eu vejo, deputado Zé Jorge, é algo importante que se diga. O Maranhão, e não é uma questão de ICMS, paga uma das maiores tarifas do Brasil, por quê? Porque na composição da tarifa, em nosso Brasil, não existe nenhum item levando em consideração a questão social. Então, é importante que a gente levante uma discussão para observar exatamente isso de como são definidas essas alíquotas pelo Brasil afora. Não tem lógica Brasília, que é a maior renda per capta do País, ter a energia mais barata enquanto nós, no Maranhão, um estado pobre, termos uma das mais caras. Senhor Presidente, mesmo com aumento concedido de ICMS, o Maranhão ainda é um dos estados que têm a menor alíquota para energia no Brasil. Assim eu queria confirmar o encaminhamento pela rejeição do requerimento.

O SENHOR DEPUTADO EDUARDO BRAIDE - Deputado Othelino, somente para orientar. Senhor Presidente, em relação à fala do deputado Zé Inácio, quando falou da possibilidade de constrangimento e algum colega desta Casa em relação à votação desse requerimento porque já foi aprovada uma lei no ano passado. Eu só quero lembrar que, no ano passado, quando a lei foi votada prevendo o reajuste da alíquota do ICMS, deputado César Pires, não havia indicativo da revisão tarifária por parte da Aneel. Então, é uma situação nova que aconteceu agora e nós fomos tomar conhecimento agora e por si só já justifica esse pedido e essa solicitação de revogação do aumento da alíquota do ICMS. Portanto, é um fato novo que aconteceu e tenho certeza de que não irá gerar nenhum constrangimento aos deputados desta Casa, senhor presidente, ao tempo em que requeiro a votação nominal do requerimento de minha autoria.

O SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO CAFETEIRA - Senhor Presidente, só para deixar claro. A revisão da tarifa já está pré-determinada, pré-agendada há muito tempo, ela se faz de quatro em quatro anos, então, obviamente, já era de conhecimento público.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Primeiro, antes de votarmos o requerimento, eu vou submeter ao Plenário o processo de votação. Se faremos, a pedido do deputado Braide, votação nominal ou se faremos votação simbólica. Os deputados que aprovam o requerimento de votação nominal permaneçam como estão. Os que desaprovam queiram levantar. Foi rejeitado. A votação vai ser simbólica. Em votação o requerimento. Os deputados que aprovam o requerimento fiquem sentados. Os que forem contrários queiram levantar.

O SENHOR DEPUTADO EDUARDO BRAIDE – Senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Rejeitado.

O SENHOR DEPUTADO EDUARDO BRAIDE – Senhor presidente, pela ordem.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Com os votos contrários...

O SENHOR DEPUTADO EDUARDO BRAIDE – Contrário não, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Contrário à rejeição...

O SENHOR DEPUTADO EDUARDO BRAIDE – Sim, só para deixar claro, eu queria que V. Ex.ª registrasse isso...

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Favoráveis ao requerimento.

O SENHOR DEPUTADO EDUARDO BRAIDE - Os votos favoráveis ao requerimento.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Requerimento de autoria do deputado Braide. Além do autor, o deputado César Pires, deputado Max, deputado Wellington, deputada Andréa, deputada Nina, deputado Sousa, foram esses os deputados que votaram a favor do requerimento. Requerimento nº 475/2017, de autoria do deputado Eduardo Braide (lê). Em discussão. Em votação. Os deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Convido a deputada Nina Melo para compor a Mesa, para que nós possamos apreciar os requerimentos à deliberação da Mesa. Também o deputado Zé Inácio para apreciar um requerimento à deliberação da Mesa. Requerimento nº 472/2017, de autoria da deputada Nina Melo (lê). Deputada Nina, V. Ex.ª não pode votar este requerimento porque V.Ex.ª é a autora. Seu requerimento foi indeferido. Requerimento nº 476/2017, de autoria do deputado Bira do Pindaré (lê). Deferido. Requerimento nº 477/2017, de autoria do deputado Humberto Coutinho (lê). Deferido o requerimento. Inclusão na Ordem do Dia de terça-feira, 27 de junho de 2017: Projeto de Resolução Legislativa nº 018/2017, de autoria do deputado Levi Pontes; Requerimento nº 474/2017, de autoria da deputada Francisca Primo; Requerimento 478/2017, de autoria do deputado Alexandre Almeida.

V - GRANDE EXPEDIENTE.

A SENHORA DEPUTADA ANDRÉA MURAD – Queria pedir a palavra, senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO - Deputada Andréa Murad por 30 minutos, com direito a apartes.

A SENHORA DEPUTADA ANDRÉA MURAD (sem revisão da oradora) – Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, galeria, imprensa. Num primeiro momento, eu queria falar sobre uma denúncia que recebi de Balsas sobre o hospital São José, porque os médicos, Deputado Edvaldo, os obstetras e pediatras estão sem receber os seus salários há três meses e fizeram uma nota informando que eles vão parar as atividades. Inclusive vou ler a nota dos médicos. "Caros cidadãos de Balsas e região, é com pesar que nós pediatras e obstetras plantonistas do Hospital São José, conveniados com o SUS, através do Estado e do Município, estamos comunicando o nosso desligamento do referido hospital. Infelizmente, após várias tentativas de resolvermos com a direção do hospital de uma forma menos drástica, todos nós decidimos entregar o nosso aviso prévio no último dia 15 do 06. O motivo? Estamos sem receber o nosso salário desde o mês de março. Isso mesmo, o último mês de trabalho recebido foi fevereiro. Isso implica que trabalharemos até 15 do 07 e, depois dessa data, o Hospital ficará sem médico obstetra e pediatra à disposição. Sabemos da gravidade dessa situação, mas todos nós temos os nossos compromissos financeiros e a situação esta ficando insustentável. Esperamos que a população balsense entenda os nossos motivos e que brevemente esse problema possa ser resolvido pelas autoridades competentes." O que acontece? Os médicos alegam que estão sem receber seus salários desde março desse ano, três meses então. E decidiram entregar, Deputado Edivaldo, agora dia 15, entregaram aviso prévio para poder deixar de trabalhar em 15 de julho. A Sociedade Beneficente São Camilo, que administra o hospital São José em Balsas, tem um convênio com o Governo e esse dinheiro não está sendo repassado. Eles repassaram seis meses e faltam repassar os outros seis. E a finalidade desse convênio, Deputado Edivaldo, é para justamente o pagamento de médicos, para compras de medicamentos, tudo o que necessita para um hospital funcionar. Aí a Secretaria de Estado da Saúde alega o seguinte. O que a Secretaria diz? Que não fez os repasses para o hospital, porque o hospital não apresentou a prestação de contas. Aí vem a versão do hospital. A prestação de contas foi apresentada em 31 de março. O que aconteceu a SES demorou muito tempo para fazer os apontamentos, Deputado Edivaldo. Então, quando fez os apontamentos, demorou alguns meses para fazer os apontamentos, quando fez os apontamentos, para eles, encontraram falhas na prestação. E agora que o hospital, há duas semanas, respondeu aos apontamentos da Secretaria de Saúde e estão esperando agora a Secretaria de Estado da Saúde responder o relatório final. Ou seja, só está faltando a Secretaria de Saúde agora se resolver, decidir realmente, resolver a situação para que o recurso possa ir. Até porque o que vai acontecer ali? Naquela região, e aí eu já vou logo antecipando, eu não sou votada em Balsas, mas eu já disse que eu sou Deputada de todo o Maranhão. Recebi a denúncia e vim aqui à tribuna pedir, o líder do Governo não está, mas o líder do Bloco Governista, o Deputado Rafael está, para pedir para o Secretário Carlos Lula resolver esse problema, lá do Hospital de Balsas, e outra coisa, Deputado César Pires, tem um hospital para o Governador inaugurar com 80% das obras concluídas e ele paralisou. Então, o Governador, já que não conclui a obra do hospital do Estado e se ele fez um convênio que ele honre com seus compromissos, eu acho que a Secretaria de Saúde precisa ter eficiência, isso é um dos princípios básicos, Deputado Othelino, da administração pública, então eu peço que o Secretário Carlos Lula veja com carinho essa situação para que possa ser resolvida essa situação de Balsas. Uma situação que já vem circulando há algum tempo, é sobre a CPI que o Deputado Wellington está propondo e muita gente especulando sobre a minha posição, a do Deputado Sousa Neto e de demais deputados da Oposição. O Deputado Wellington já disse que ele não é de oposição, que ele é independente, e que oposição faz oposição por fazer oposição. Deputado Wellington, oposição aqui é séria, a gente aqui não brinca de fazer oposição, até porque desde quando eu cheguei aqui, nesta Assembleia, eu sou oposição. Eu nunca fiquei não assinando documento, eu sempre fui oposição desde o início, desde o dia que eu cheguei aqui, nesta Casa, eu sou oposição, não espero, não por ser contrariada, por alguma coisa perdida, por não ter recebido alguma, não. Eu sou oposição desde o começo e oposição séria e responsável, nunca subo aqui nesta tribuna por falar qualquer coisa ou por nada, e sempre que V. Ex.ª precisar da oposição que for de bem para a população, V. Ex.ª terá o meu apoio. Quanto à CPI, inclusive conversei com o deputado Max Barros, sobre isso, jamais serei contra uma CPI, embora já esteja havendo investigação da Polícia Federal, não sou contra a CPI, a única coisa que disse inclusive conversei com o deputado Max, foi que eu acho que a CPI tem que começar do nascedouro, eu não estou dizendo que vou me recusar, deputado Max, a assinar uma CPI, eu estou dando a minha sugestão, a minha proposta, porque já que vai... eu, não foi ninguém, não foi V. Ex.ª, não foi outro deputado, não foi ninguém que disse para CPI começar na gestão de meu pai, fui eu, eu que disse estaria à disposição para ser investigado. Então, eu acho que, a partir do momento que as terceirizações forem iniciadas no governo Zé Reinaldo, eu acho que poderia começar perfeitamente do governo Zé Reinaldo, e não que eu esteja me colocando contra a CPI, em hipótese alguma eu estou me colocando contra a CPI. Então, eram estas as minhas palavras, eu agradeço o tempo do Grande Expediente, porque não era meu hoje, e é isso. Boa tarde a todos.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Bloco Parlamentar Democrático. Bloco Parlamentar Unidos pelo Maranhão. Bloco Parlamentar Independente. Deputado Eduardo Braide, por oito minutos, com apartes.

O SENHOR DEPUTADO EDUARDO BRAIDE (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, na última sexta-feira, eu participei da posse da nova diretoria, deputado Max Barros, da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) e da nova diretoria do Sindicato da Indústria da Construção Civil. Lá, deputado Max Barros, eu tive a oportunidade de acompanhar um discurso e o pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Flávio Dino. Como cidadão e como deputado, eu tive a preocupação, deputado Sérgio Frota, de ouvir atentamente aquilo que o governador do Estado tinha para passar, principalmente para a classe empresarial. Eu, sinceramente, pensava que o governador faria um discurso pedindo desculpas em relação ao equívoco que o seu governo vem fazendo na política junto à classe empresarial. Sinceramente, eu acreditava que o Exmo. Senhor Governador fosse pedir desculpas, fosse dizer a forma equivocada como ele vem tratando a questão da cobrança do ICMS, o aumento de imposto, uma série de providências, mas, para a minha surpresa, eu vejo o governador naquele momento, em um momento de posse quando o auditório da Fiema estava repleto de representantes da entidade empresarial do Brasil, se vangloriar, deputado César Pires, em primeiro lugar, com o Programa Maranhão Juros Zero. Deputado César Pires, ninguém melhor definiu o Programa Maranhão Juros Zero do que um pequeno comerciante que estava na plateia deste evento, quando disse que esse programa é uma corda que o governo joga para aqueles que ele já empurrou para o fundo do poço. O governador em sua fala, deputado Max Barros, disse que separou 100 milhões de reais, palavras do governador, para o pagamento de juros a um banco para que os pequenos empresários possam conseguir até 20 mil reais de empréstimos que serão subsidiados pelo governo do Estado no que diz respeito ao pagamento de juros. Cem milhões de reais! Agora veja, deputado Max Barros, como o Estado do Maranhão, o governo comunista do estado do Maranhão deve ser um estudo de caso para o Brasil. Ele aumenta os impostos dos mais pobres dizendo que vai gerar uma arrecadação de

250 milhões de reais, mas ele separa desse valor 100 milhões de reais para pagar juros a um banco. Eu não sei se em outro lugar do Brasil existe algum governo comunista que tira dos mais pobres com aumento de imposto e dá para os bancos por meio do pagamento de juros. É um bom caso a se estudar o governo do Estado do Maranhão. Ainda em relação ao programa Maranhão Juros Zero, eu disse desta tribuna, deputado Max Barros, há um tempo, quando o governo do Estado mudou o regime de antecipação do ICMS, sem nenhuma necessidade que não fosse a ânsia arrecadatória do governo do Estado. Os comerciantes, deputado Max Barros, tinham o direito de recolher a antecipação do ICMS num percentual elevadíssimo. Eu fiz a pesquisa em relação a outros estados e as taxas são de 15%, 20%, 30%, enquanto que, no Maranhão, o comerciante tem que recolher antecipadamente 50% do ICMS. Ele tinha até o dia 20 do mês seguinte para poder fazer esse recolhimento, porém, no ano passado, o governo do Estado mandou um projeto de lei para esta Casa, que contou com o meu voto contrário, porque ele tirou esse prazo que o comerciante tinha para pagar a antecipação do ICMS até o dia 20 do mês seguinte, passando para o pagamento a vista. E o que acontece, senhor presidente? Eu disse, nesta tribuna, que isso acaba com o capital de giro do comerciante, principalmente do pequeno. Na hora que você tira o capital de giro do pequeno comerciante, naturalmente, ele vai se encontrar em dívida. E aí surge o Governo do Estado agora, Deputado Max Barros, me parece que a política é de fazer adoecer para depois vender o remédio mais barato, dizer que o remédio está sendo subsidiado pelo Governo do Estado. O Governador anunciou a uma plateia repleta de comerciantes que cem milhões do tesouro estadual já estão separados pagar juros a banco. Ele só não disse que a quebradeira do empresariado maranhense foi provocada pelo Governo do Estado com essas medidas equivocadas. Aumento de imposto, mudança no regime de antecipação do ICMS, que antes era até o dia 20 do mês seguinte e agora passa a ser a vista. Ele não disse, Deputado Max Barros, do Projeto de Lei que ele encaminhou a esta Casa, beneficiando uma única empresa do setor atacadista. E ele estabeleceu como critério do capital social para quem tiver benefício a essa redução do ICMS do setor atacadista só aquela empresa que tiver acima de cem milhões de reais. O Governo do Estado deixou de fora, Deputado Wellington, mais de duas mil empresas atacadistas. Eu vejo aí o governo dizer que vai anunciar a atração de uma empresa de fora para se instalar no Maranhão. Eu quero fazer um desafio desde já. Dizem que vão gerar mais de quinhentos empregos. Faça uma pesquisa, Deputado Max Barros, e veja quantos desempregos serão gerados nos pequenos atacadistas que não terão condições de concorrer com essa empresa a que o Governo do Estado quer dar essas benesses. Mas, senhores deputados, conselho diz que não é bom, porque se fosse bom, não era dado, era vendido. E se o Governador do Estado quer realmente evitar que os empresários busquem bancos para pagar, contrair empréstimo para pagar dívida, que ele comece pagando em dia, Deputado Max Barros, o fornecedor do Estado, não tem um lugar que eu ande seja do pequeno ao grande que não reclame da falta de pagamento do Governo do Estado, Deputado Wellington, em relação a prestação de serviços ou as obras realizadas para o Governo do Estado. Aí é muito fácil, Deputado Wellington, você atrasa o pagamento do fornecedor, faz com que ele contraia dívidas e depois vem programa dizendo que vai ajudar a retirar esses que ele mesmo colocou no fundo do poço. Ora, Deputada Andréa, aqui mesmo foi noticiado hoje que a arrecadação no pacote de maldades, no ano passado, do Governo do Estado que V. Ex.ª votou contra, que o Deputado Wellington votou contra, que eu votei contra, gerou uma arrecadação de R$ 250 milhões, só que R$ 100 milhões este ano vai ser só para pagar juros de Banco, Deputada Andréa, juros contraídos por aqueles que o próprio governo afundou. Estava também, Deputado Max Barros, naquele momento, tomando posse a direção do SINDUSCON, que é o Sindicato da Indústria da Construção Civil e eu não vi o Governador do Estado pedindo desculpas pelo Projeto de Lei 229/2016 que ele encaminhou a esta Casa, Deputado Max Barros, que retirava o incentivo fiscal que foi concedido, desde o ano de 2009, se nós não tivéssemos, à época, na Comissão de Constituição e Justiça solicitado vista desse projeto, tirado o projeto de pauta e alertado o setor da indústria da construção civil, certamente, esse projeto teria sido aprovado e os benefícios dos incentivos fiscais de uma lei que vinha vigorando, que está vigorando desde de 2009, teria sido retirada pelo Governo do Estado, ele não fez questão de dizer isso. Portanto, senhores deputados, o que eu quero dizer a V. Exas. é o seguinte: O discurso do governador feito na posse da nova diretoria da FIEMA e do SINDUSCON, demonstra, Deputado Max Barros, o quanto o Governador do Estado está perdido em relação à política econômica do Estado do Maranhão, aumenta o imposto dos mais pobres para retirar esses recursos e pagar juros a banco dizendo que está com um programa salvador, que é o Programa Maranhão Juros Zero e a plateia em um evento como esse, Deputado Max Barros, é o local mais democrático que existe porque quem compõe a Mesa só tem direito a falar algumas pessoas, mas na plateia fala o que quiser e ouve quem tiver perto e para mim, volto a dizer, ninguém melhor definiu o Programa Maranhão Juros Zero do que um pequeno comerciante que estava sentado perto de mim, quando disse que o programa é uma corda que o Governo joga para aqueles que ele próprio empurrou para o fundo do poço. Fica, portanto, aqui, senhor Presidente, e encerro o meu pronunciamento dizendo, primeiro: Governador do Estado, pague os fornecedores do Estado, pague aqueles que executaram as obras e serviços porque assim vai impedir que eles busquem empréstimos junto ao Banco. Segundo: saí do evento com duas conclusões claríssimas, deputado Wellington do Curso. Primeiro: enganou-se o Governador do Estado quando pensou que estava fazendo um discurso para uma plateia de ingênuos. Eu ouvia os comentários, durante o discurso e logo após o discurso da classe empresarial em relação ao que foi dito pelo Governador. Mas o que mais me impressionou, Deputado Max barros, antes de encerrar o pronunciamento, foi o Governador do Estado dizer que a marca do governo dele é o diálogo com a classe empresarial e aqui eu quero lembrar, deputado Max Barros, no dia da votação do pacote de maldade, do aumento do ICMS, essa galeria estava cheia de empresários reclamando não só do aumento, mas porque não foram consultados pelo Governo do Estado e a questão não passou pela avaliação do Conselho Empresarial do Estado do Maranhão. Quando nós tivemos o Projeto de Lei nº 229/2016, que retirava os benefícios fiscais da indústria da construção civil, o Sindicato da Indústria da Construção Civil (SINDUSCON), deputada Andréa Murad, emitiu uma nota repudiando o governo do Estado porque não sentou com eles para poder discutir o assunto. Quando veio a esta casa a lei que beneficiou somente uma empresa deixando de fora duas mil empresas atacadistas, deputado Wellington do Curso, a Associação Comercial do Maranhão emitiu uma nota pública, portanto está aí para todo mundo ver, e a Associação dos Atacadistas do Maranhão emitiu outra nota criticando a falta de diálogo do governador do Estado em relação à política com a classe empresarial. Portanto, senhores deputados, eu fico realmente a pensar, após esse discurso feito pelo governador do Estado na posse da diretoria da FIEMA e do SINDUSCON, primeiro que se enganou o governador a achar que estava fazendo um discurso para ingênuos; segundo, que nem tudo está pedido no governo do estado, há uma coisa que funciona muito bem, que é a propaganda, deputado Wellington do Curso, especialmente a propaganda enganosa que o governador do Estado começa a refletir antes de pronunciar os seus discursos nas solenidades de que participar.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Bloco Parlamentar de Oposição. Partido Verde.

VI - EXPEDIENTE FINAL.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Não há oradores inscritos.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão.

Resumo da Ata da Septuagésima Quarta Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Oitava Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada no dia vinte e dois de junho de dois mil e dezessete.

Presidente, em exercício, Senhor Deputado Othelino Neto.

Primeiro Secretário, em exercício, Senhor Deputado Stênio Rezende.

Segundo Secretário, em exercício, Senhor Deputado Cabo Campos.

Às nove horas e trinta minutos, presentes os Senhores Deputados: Adriano Sarney, Andréa Murad, Bira do Pindaré, Cabo Campos, César Pires, Doutor Levi Pontes, Edilázio Júnior, Eduardo Braide, Fábio Braga, Francisca Primo, Glalbert Cutrim, Hemetério Weba, Júnior Verde, Max Barros, Othelino Neto, Professor Marco Aurélio, Rafael Leitoa, Raimundo Cutrim, Ricardo Rios, Roberto Costa, Rogério Cafeteira, Sérgio Vieira, Sousa Neto, Stênio Rezende, Vinícius Louro, Wellington do Curso e Zé Inácio. Ausentes os Deputados: Alexandre Almeida, Ana do Gás, Antônio Pereira, Edivaldo Holanda, Edson Araújo, Fábio Macêdo, Graça Paz, Humberto Coutinho, Josimar de Maranhãozinho, Léo Cunha, Nina Melo, Paulo Neto, Rigo Teles, Sérgio Frota e Valéria Macêdo. O Presidente, em exercício, Deputado Othelino Neto, declarou aberta a Sessão, determinando a leitura do texto bíblico, do resumo da Ata da Sessão anterior, que foi aprovado e do Expediente, que foi encaminhado à publicação. Em seguida, concedeu a palavra aos Deputados: Bira do Pindaré, Francisca Primo, Raimundo Cutrim, Júnior Verde, Cabo Campos, Wellington do Curso e Vinícius Louro. Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, o Presidente declarou aberta a Ordem do Dia anunciando que os Requerimentos nºs 468/2017, de autoria do Deputado Rigo Teles e 470/2017, de autoria do Deputado Eduardo Braide ficaram transferidos para a próxima Sessão devido à ausência dos autores. Em seguida, submeteu a deliberação do Plenário o Requerimento nº 471/2017, de autoria dos Deputados Othelino Neto e Cabo Campos, solicitando que sejam dicutidos e votados em regime de urgência, em Sessão Extraordinária os Projetos de Resolução Legislativa nºs 024 e 025/2017, que foram aprovados. Na forma do Artigo 113 do Regimento Interno foram incluídos na Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária os Requerimentos nºs: 472/2017, de autoria da Deputada Nina Melo; 475/2017, de autoria do Deputado Eduardo Braide e 476/2017, de autoria do Deputado Bira do Pindaré. No primeiro horário do Grande Expediente não houve orador inscrito. No tempo reservado aos Blocos e Partidos ouviu-se o Deputado Cabo Campos falando no tempo do Bloco Parlamentar Unidos pelo Maranhão. O Deputado Max Barros falou pela Liderança do Bloco Independente. Pelo Bloco Parlamentar de Oposição ouviu-se a Deputada Andréa Murad. O Deputado Edilázio Júnior falou pelo Partido Verde. O Deputado Vinícius Louro falou pelo Bloco Parlamentar Democrático. No Expediente Final ouviu-se o Deputado Rogério Cafeteira. Nada mais havendo a tratar a Sessão foi encerrada e lavrado o presente Resumo, que lido e aprovado, será devidamente assinado. Plenário Deputado Nagib Haickel, do Palácio Manuel Beckman, em São Luís, 26 de junho de 2017.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Projeto de Resolução Legislativa nº 024/2017, aprovado nos seus turnos regimentais RESOLVE promulgar a seguinte:

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA N.º 827 /2017

Concede Medalha de Mérito Legislativo "Manuel Beckman" ao Governador do Estado do Piauí, Wellington Barroso de Araújo Dias.

Art. 1º- Fica concedida a Medalha de Mérito Legislativo "*Manuel Beckman*" ao Governador do Estado do Piauí, Wellington Barroso de Araújo Dias, natural do Município de Oeiras, Estado do Piauí.

Art. 2º- Esta Resolução Legislativa entrará em vigor na data de sua publicação.

MANDA, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente Resolução pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir na forma em que se encontra redigida. O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, a faça imprimir, publicar e correr.

PLENÁRIO DEPUTADO "NAGIB HAICKEL" DO PALÁCIO "MANUEL BECKMAN", em 26 de junho de 2017. Deputado OTHELINO NETO - Presidente, em exercício. Deputado STÊNIO RESENDE - Primeiro Secretário, em exercício. Deputado ZÉ INÁCIO - Segundo Secretário, em exercício.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Projeto de Resolução Legislativa nº 025/2017, aprovado nos seus turnos regimentais RESOLVE promulgar a seguinte:

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA N.º 828 /2017

Concede o Título de Cidadão Maranhense ao Senhor José Leônidas Menezes Cristino.

Art. 1º- Fica concedido o Título de Cidadão Maranhense ao Senhor José Leônidas Menezes Cristino, natural do Município de Coreaú, Estado do Ceará.

Art. 2º- Esta Resolução Legislativa entrará em vigor na data de sua publicação.

MANDA, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente Resolução pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir na forma em que se encontra redigida. O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, a faça imprimir, publicar e correr.

PLENÁRIO DEPUTADO "NAGIB HAICKEL" DO PALÁCIO "MANUEL BECKMAN", em 26 de junho de 2017. Deputado OTHELINO NETO - Presidente, em exercício. Deputado STÊNIO RESENDE - Primeiro Secretário, em exercício. Deputado ZÉ INÁCIO - Segundo Secretário, em exercício.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N.º 519/2017

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o deferimento do Requerimento de n.º 477/2017, ocorrido no dia 26 de junho do ano em curso, em conformidade com o Regimento Interno;

RESOLVE:

JUSTIFICAR A AUSÊNCIA do Senhor Deputado Humberto Coutinho, referente ao período de 20 a 27 de março e de 02 de maio a 30 de junho, por se encontrar em tratamento médico, conforme atestado em anexo.

Publique-se e Cumpra-se.

Plenário Deputado Nagib Haickel do Palácio Manuel Beckman, em 26 de junho de 2017. Deputado Othelino Neto – Presidente, em exercício. Stênio Resende – Primeiro Secretário, em exercício. Nina Melo – Segunda Secretária, em exercício.

ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

VOTO DO RELATOR:

Trata-se de Projeto de Resolução Legislativa nº 024/2017, apresentado pelo Senhor Deputado Othelino Neto, que propõe a Medalha do Mérito Legislativo *"Manuel Beckman"* ao *Governador do Estado do Piauí Wellington Barroso de Araújo Dias*.

Na justificativa, o autor da Proposição esclarece que o homenageado, *"o Governador do Estado do Piauí Wellington Barroso de Araújo Dias Bancário e escritor, Wellington trabalhou no Banco do Nordeste do Brasil, Banco do Estado do Piauí e Caixa Econômica Federal, na qual é funcionário licenciado de carreira. Trabalhou na Rádio Difusora de Teresina. Filiou-se ao PT em 1985 e iniciou suas atividades sindicais como integrante da CUT - Central Única dos Trabalhadores, e presidente da APCEF - Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal, entre1986 e 1989. Foi presidente do Sindicato dos Bancários do Estado do Piauí, entre 1989 a 1992.*

Wellington Dias Iniciou na vida pública em 1992, como vereador de Teresina. Em 1994, elegeu-se deputado estadual, chegando à presidência do diretório regional do PT, onde ficou de 1995 a 1997. Em 1998, foi o primeiro deputado federal eleito pelo PT no Piauí. Renunciou ao mandato de deputado federal em 29 de novembro de 2002. No mesmo ano, Wellington Dias foi eleito em primeiro turno para o cargo de governador do Piauí pela coligação "A Vitória que o Povo Quer", tendo Osmar Ribeiro de Almeida Júnior como o vice-governador. O governador Wellington Dias - PT - foi reeleito no dia 1º de outubro de 2006. Deixou o cargo em março de 2010, para disputar as eleições ao Senado Federal, sendo eleito com votação histórica (997.513 votos). Neste ano de 2014, foi eleito mais uma vez, em primeiro turno, governador do Estado.

A comenda é regulamentada no art. 139, alínea "*a*", do Regimento Interno, com nova redação dada pela Resolução Legislativa nº 599/2010, em que determina que *serão agraciadas com a Medalha do Mérito Legislativo, aos cidadãos que contribuíram para o desenvolvimento do Estado do Maranhão ou do Brasil, pelos seus méritos especiais ou ainda aos que proporcionarem algum feito considerado notório e forem considerados merecedores do recebimento da Comenda.*

Tem-se, pois, por preenchidos os requisitos exigidos para a concessão da homenagem, notadamente os estabelecidos nos dispositivos legais acima citados.

Em face do exposto, opino pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade e, por conseguinte, pela **aprovação do Projeto de Resolução Legislativa n.º 024/2017**, de autoria do Senhor Deputado Othelino Neto.

É o voto.

Marco Aurélio da Silva Aguiar

ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

VOTO DO RELATOR:

Trata-se de Projeto de Resolução Legislativa nº 025/2017, apresentado pelo Senhor Deputado Othelino Neto, que propõe o Título de Cidadão Maranhense ao Senhor José Leônidas Menezes Cristino, natural do Município de Coreaú, Estado do Ceará.

Consta nos Dados Biográficos, que o homenageado o Senhor José Leônidas Menezes Cristino, exerceu o cargo de Ministro Chefe da Secretaria Nacional de Portos do Brasil no período de janeiro de 2011 a 03 de outubro de 2013, tendo exercido o mandato de Deputado Federal pelo Estado do Ceará, bem como Prefeito Municipal da Cidade de Sobral, Estado do Ceará.

Acerca da matéria, dispõe o art. 138, inciso V, alínea "*h*", da Resolução Legislativa n.º 449/2004, que dispõe sobre o Regimento Interno desta Casa:

> **Art. 138.** Os projetos compreendem:
> [...]
> V – os projetos de resolução destinados a regular com eficácia de lei ordinária, matéria de competência privativa da Assembleia Legislativa e os de caráter político-processual legislativo ou administrativo, ou quando a Assembleia deva-se pronunciar em casos concretos, tais como:
> [...]
> **h)** concessão de título de cidadão maranhense a pessoas que tenham prestado relevantes serviços nas áreas cultural, científica, religiosa, esportiva, política ou de assistência social e **desenvolvimento econômico**, comprovados mediante currículo.

A justificativa apresentada pela autora do projeto demonstra que a homenageada se enquadra, efetivamente, nas hipóteses autorizadoras da concessão do título.

Tem-se, pois, por preenchidos os requisitos exigidos para a concessão do título mencionados pelo art. 138, V, *h*, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, com nova redação dada pela Resolução Legislativa nº 599/2010.

Em face do exposto, opino pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade e, por conseguinte, pela **aprovação do Projeto de Resolução Legislativa n.º 025/2017**, de autoria do Senhor Deputado Othelino Neto.

É o voto.

Marco Aurélio da Silva Aguiar

Em:___/___/____
Presidente

ESTADO DO MARANHÃ0
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

OFICIO Nº /2017

São Luís, 26 de Junho de 2017.

A Sua Excelência
Deputado Othelino Neto
Presidente da Assembléia Legislativa do Maranhão, em exercício

Senhor Presidente,

Comunico a .V. Exa. que empreenderei viagem ao exterior, no período de 09 a 16 de julho do ano em curso, solicitando a adoção das providencias regimentais.

Atenciosamente,

WELLINGTON DO CURSO
Deputado Estadual

ESTADO DO MARANHÃO
CASA CIVIL

Leia - se em Plenário
Em:___/___/____
Presidente

Ofício nº 126 /2017-SAAJL

São Luís, 15 de maio de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado RICARDO RIOS
Primeiro-Secretário da Assembleia Legislativa do Estado
Local

Senhor Primeiro-Secretário,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar, em anexo, a essa Casa Legislativa, de ordem, para conhecimento e demais procedimentos pertinentes, cópia do ato de demissão, no âmbito do Executivo Estadual, da servidora ANA MARIA NUNES CORREIA DE CASTRO, Especialista em Saúde/Médico-III, Matrículas nºs 335794 e 534503, do quadro da Secretaria de Estado da Saúde, ora à disposição dessa Assembleia, publicado na Edição nº 086 do Diário Oficial do Estado, de 10 de maio de 2017.

Atenciosamente,

WALDY DA ROCHA FERREIRA NETO
Secretário-Adjunto de Assuntos Jurídicos
e Legislativos

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA – SAGRIMA
Av. Prof. Carlos Cunha, S/N, Ed. Nagib Haickel, 2º Andar, Calhau, São Luís/MA, CEP: 65.076-820
CNPJ: 05.025.553/0001-12

Leia - se em Plenário
Em:____/____/____
Presidente

OFÍCIO Nº. 210/2017/GAB/SAGRIMA

São Luís (MA), 19 de Maio de 2017.

A Sua Excelência o Senhor,
RICARDO RIOS
DEPUTADO ESTADUAL

Assunto: **Resposta ao Ofício nº.696/2017-GS1/DGM.**

Senhor Deputado,

1. Em atenção a solicitação formalizada através do expediente inscrito sob o nº. 696/2017, corolário da indicação nº.488/2017, que perscruta providências destinadas a viabilizar um trator equipado para o Município de Açailândia, a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca – SAGRIMA reconhece a relevância do respectivo requerimento, porquanto guarda pertinência com o interesse público.

2. Ocorre que, por ora, a SAGRIMA não dispõe de disponibilidade orçamentária para atender a demanda acima. Na ocasião esclarecemos que este órgão público, além de diligenciar junto ao Governo Estadual, tem envidado esforços perante o Governo Federal, para fins de celebrar parcerias destinadas ao fomento da agricultura, pecuária e pesca, mediante repasse de recursos, de sorte que eventuais patrulhas cedidas por esta Secretaria foram resultados de emendas parlamentares.

3. Na certeza de sermos compreendidos, apresentamos os protestos de respeito e estima, ao tempo que a SAGRIMA, através dos seus servidores, coloca-se a disposição para as informações adicionais que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

MÁRCIO JOSÉ HONAISER
SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIO E PESCA
SAGRIMA

Leia - se em Plenário
Em:____/____/____
Presidente

PREFEITURA DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

OE Nº 220/2017-GAB/SEMED São Luís, 04 de maio de 2017

A Vossa Excelência, o Senhor
RICARDO RIOS
Deputado Estadual
Primeiro Secretário
Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão
Avenida Jerônimo de Albuquerque, 7200 -Sítio Rangedor - Calhau
NESTA

ASSUNTO: Resposta ao Ofício nº 294/2017-GS1/DGM, de 03/04/17.

Senhor Deputado,

Em resposta ao Ofício em epígrafe, que trata da Indicação nº 381/2017, de autoria do Senhor Deputado Wellington do Curso, deferida na Sessão Ordinária realizada em 27 de março do corrente ano, referente à reforma da Unidade de Ensino Fundamental Dom José Medeiros Delgado, no bairro da Vila Cascavel, informamos a Vossa Excelência, que a escola já se encontra em funcionamento, e que suas aulas recomeçaram em 02/05/17.

Na oportunidade, esclarecemos que a referida Unidade de Ensino estava funcionando regularmente, e que a necessidade de intervenção emergencial surgiu, porque, repentinamente, mesmo com vigilância de 24hs, vândalos destruíram as janelas da escola, roubaram as carteiras de seis salas de aula, assim como todos os ventiladores, causando prejuízos materiais ao erário público e comprometendo o funcionamento regular dessa escola, contrariamente, portanto, à vontade da gestão escolar e gestão do Sistema de Educação do Município.

Atenciosamente,

Raimundo Moacir Mendes Feitosa
Secretário Municipal de Educação

ENV/PRM - IMP - MA
392 /2017

PRM-IMP-MA-00001992/2017

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ / MA
GABINETE DO 1º OFÍCIO

Leia - se em Plenário
Em:____/____/____
Presidente

Ofício nº 568/2017/GAB/PRM1-ACMC

Imperatriz, 4 de maio de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
HUMBERTO COUTINHO
Presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão
Assembleia Legislativa do Maranhão
Palácio Manuel Beckman - Av. Jerônimo de Albuquerque, Sítio do Rangedor - Calhau
São Luís/MA | CEP: 65071-750

Referência: **Inquérito Civil nº 1.19.001.000464/2013-10**
Assunto: **Requisita informações**

Senhor presidente,

1. Para fins de instrução do inquérito civil em epígrafe, em atenção às informações prestadas por meio do **Ofício nº 287/2017-GP/DGM** (cuja cópia segue anexa), e com fundamento no artigo 8º, VII, da Lei Complementar nº 75/93, requisito a Vossa Excelência, **no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento deste ofício**, que informe se foram tomadas providências para a realização do plebiscito para alteração do nome do Município de Governador Edison Lobão e se há previsão de data para realização de tal consulta.

2. Atenciosamente,

ARMANDO CÉSAR MARQUES DE CASTRO
Procurador da República

489099

Leia - se em Plenário
Em:____/____/____
Presidente

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDES
Rua das Gardênias, nº 25, Quadra 01, Bairro: Jardim Renascença - CEP 65.075-780.
e-mail: gabsedes.ma@gmail.com
São Luís – Maranhão

OFÍCIO Nº 589/2017 - GAB/SEDES

São Luís, 18 de maio 2017.

A Sua Excelência, o Senhor
HUMBERTO COUTINHO
Presidente da Assembléia Legislativa do Maranhão - ALEMA
Avenida Jerônimo de Albuquerque, 7200 – Alto do Calhau
CEP: 65075-380
São Luís - MA

Assunto: **Resposta ao Ofício nº 789/2017-GS1/DGM.**

Senhor Presidente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, vimos por meio deste, em resposta ao **Ofício nº 789/2017-GS1/DGM**, onde solicita a liberação do Sistema Simplificado de Abastecimento de Água – SSAA para o município de São Mateus, informar a Vossa Excelência que fora aberto Edital de Chamada Pública Nº 001/2017 publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão – DOE/MA de Nº 001/2017 folhas de Nº 04 a 06 de 24/02/2017, com abertura para entrega de documentos no dia 20/03/2017 e encerramento no dia 20/04/2017, conforme anexos.

2. Sem mais para o momento, reiteramos votos de estima e consideração e nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

NETO EVANGELISTA
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social
SEDES

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA – SINFRA
Av. Jerônimo de Albuquerque s/n – Calhau – São Luís-MA
Edifício Clodomir Millet 3º andar – Fone: (98) 3218-8018/ 3218-8013

Ofício nº 330 /2017 – GAB/SINFRA

São Luís, 31 de MARÇO de 2017.

À Sua Excelência o Senhor
RICARDO RIOS
Deputado Estadual.
Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.
Nesta.

Assunto: **resposta ao ofício nº 064/2017-GS1/GGM.**

Senhor Deputado,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, e em resposta ao Ofício nº 064/2017-GS1/GGM, que versa sobre a solicitação de recuperação asfáltica da via de acesso ao Bairro Tibiri e comunidades vizinhas, na zona rural de São Luís/MA, sirvo-me do presente para informar que o pleito será submetido à análise de acordo com a viabilidade orçamentária e financeira desta Secretaria.

Sem mais para o momento, renovamos os votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

CLAYTON NOLETO SILVA
Secretário de Estado da Infraestrutura

Leia - se em Plenário
Em:____/____/____
Deputado Othelino Neto
1º Vice Presidente

PREFEITURA DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - SMTT

OFÍCIO Nº 0787/2017– GS

São Luís, 20 de abril de 2017.

A Sua Excelência, o Senhor
Deputado Ricardo Rios
Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão
Av. Jerônimo de Albuquerque s/nº - Sítio Rangedor-Calhau
Nesta

Senhor Deputado,

Em atenção a sua solicitação através do **OFÍCIO nº 221/2017-GS1/DGM**, que trata sobre a **INDICAÇÃO Nº 206/2017**, de autoria da Deputada Ana do Gás, que tem como pleito **"solicitação de estudos e posterior implantação de uma solução para enormes congestionamentos de veículos na Avenida Tales Neto no bairro do João de Deus"**. Informamos a Vossa Excelência que já foram feitas sinalizações horizontais e verticais na Av. Tales Neto por diversas vezes e todas às vezes os comerciantes ou flanelinhas arrancaram as placas para realizar carga/descarga a qualquer hora causando assim grandes transtornos principalmente para o transporte coletivo e também para os moradores.

Já conversamos com o representante da comunidade para que nos apoiasse no sentido de conscientizar os comerciantes para que possamos voltar a fazer a sinalização e organização do trânsito.

Aproveitamos para externar votos de apreço.

Atenciosamente,

Canindé Barros
Secretário

127714/2

GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ENERGIA

Ofício nº 352/2017-GAB/SEINC São Luís (MA), 18 de maio de 2017.

Leia - se em Pl
Em:____/__
Preside

A Sua Excelência o Senhor
DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.
Nesta

Assunto: Envio do Convênio 001/2017 – FDI/MA.

Senhor Presidente,

Atendendo as exigências do § 2º, Artigo 116 da Lei 8.666/1993, estamos encaminhando a Vossa Excelência a cópia do Convênio 001/2017, celebrado com a **SINDICATO RURAL DE LORETO** tendo como objeto a mútua cooperação, entre os partícipes, visando promover a 4ª AGROLORETO 2017, em Loreto/MA, a ser realizado no Parque de Exposição Marfan Bringel em Loreto/MA, no período 22 a 23 de setembro de 2017. Promovendo a disseminação de oportunidades existentes e a geração de novas oportunidades, através de instrumentos existentes para os empreendedores desenvolverem o agronegócio da região, bem como oferecer ao público, informações e capacitações pertinentes.

Coloco-me à vossa inteira disposição para maiores informações e renovo minhas estimas de apreço e consideração.

Atenciosamente,

José Simplício Alves de Araújo
Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Energia

PREFEITURA DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

OE Nº 196/2017-GAB/SEMED São Luís, 24 de abril de 2017

A Vossa Excelência, o Senhor
RICARDO RIOS
Deputado Estadual
Primeiro Secretário
Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão
Avenida Jerônimo de Albuquerque, 7200 -Sítio Rangedor - Calhau
NESTA

ASSUNTO: Resposta ao Ofício nº 258/2017-GS1/DGM, de 03/04/17.

Senhor Deputado,

Em resposta ao Ofício acima epigrafado, que se refere a indicação nº 280/2017, do Senhor Deputado Wellington do Curso, informamos a Vossa Excelência, que esta Secretaria Municipal de Educação, estabelece no Plano Municipal de Educação, na Meta 02, Estratégia 2.17, a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei nº 9.795/1999, em todas as escolas da rede, sendo exercida como prática permanente e integradora dentro da proposta curricular adotada, bem como no Projeto Político Pedagógico das Unidades de Educação Básica, trabalhando assim os temas socioambientais na perspectiva transversal e interdisciplinar no âmbito do processo ensino aprendizagem.

Reiteramos protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Raimundo Moacir Mendes Feitosa
Secretário Municipal de Educação

PREFEITURA DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

OE Nº 204/2017-GAB/SEMED São Luís, 24 de abril de 2017

Leia - se em Plenário
Em:____/____/____
Deputado Otelino Neto
1º Vice Presidente

A Vossa Excelência, o Senhor
RICARDO RIOS
Deputado Estadual
Primeiro Secretário
Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão
Avenida Jerônimo de Albuquerque, 7200 -Sítio Rangedor - Calhau
NESTA

ASSUNTO: Resposta ao Ofício nº 275/2017-GS1/DGM, de 04/04/17.

Senhor Deputado,

Em resposta ao Ofício acima epigrafado, que trata da indicação nº 293/2017, do Senhor Deputado Wellington do Curso, informamos a Vossa Excelência que, conforme a Lei nº 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação, no âmbito do território nacional, esta Secretaria Municipal de Educação, já trabalha a temática na educação formal, e estabelece no Plano Municipal de Educação, na Meta 02, Estratégia 2.17, a implementação da Política supracitada em todas as escolas municipais de São Luís, sendo exercida como prática permanente e integradora dentro da proposta curricular da rede, bem como no Projeto Político Pedagógico das Unidades de Educação Básica, trabalhando os temas socioambientais na perspectiva transversal e interdisciplinar no âmbito do processo ensino aprendizagem.

Sendo assim, imbuídos da responsabilidade com a Educação Municipal, esta Secretaria Municipal de Educação instituiu em 2002, o Núcleo de Educação Ambiental que vem desenvolvendo ações com os diversos segmentos da comunidade escolar das escolas jurisdicionadas à rede municipal, conforme plano de ação abaixo:

1- Formação em Educação Ambiental: educando para a sustentabilidade, para comunidade escolar e sociedade civil;
2- Implantação das Com Vidas (Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida) e acompanhamento de projetos nas escolas;
3- Oficinas e Palestras nas escolas e comunidade em geral;
4- Programa Circuito Tela Verde de produção audiovisual independente nas escolas;
5- Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente nas escolas;
6- Parcerias com instituições não governamentais para o desenvolvimento de projetos na área de Educação Ambiental, como: Programa ECOA (Educação Comunitária Ambiental) e PEA (Programa de Educação Ambiental do Parque Botânico da Vale).

Por todo o exposto, reiteramos protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Raimundo Moacir Mendes Feitosa
Secretário Municipal de Educação

Leia - se em Plenário
Em:____/____/____
Deputado Otelino Neto
1º Vice Presidente

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Avenida Getúlio Vargas, 1908 – Monte Castelo -São Luís – MA

Oficio nº 229/2017-GAB/SECID São Luís, 19 de Abril de 2017

A Sua Excelência o Senhor
Ricardo Rios
Deputado Estadual

Senhor Deputado

1 Em atenção a solicitação de V.Exa. no Ofício nº 039/GS1/DGM, informamos que as obras do Centro Comercial do Residencial da Ribeira não se encontram paralisadas. O que de fato ocorreu foi uma redução no ritmo de execução dos serviços, devido ao grande volume de chuvas que vem ocorrendo em São Luís, provocando o atraso na obra.
2 Esclarecemos, na oportunidade, que a obra está com 56,22% de serviços executados, conforme pode ser verificado no Relatório de Medição anexo, e que tão logo o volume de chuva diminua, a obra voltará à sua normalidade, com conclusão prevista para o próximo mês de Julho.
3 Despedimo-nos renovando os votos de estima e considerações.

Atenciosamente

FLÁVIA ALEXANDRINA COELHO ALMEIDA MOREIRA
Secretária de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano
SECID

ADILON ARRUDA LÉDA FILHO
Secretário Adjunto de Habitação
SECID

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA – SINFRA
Av. Jerônimo de Albuquerque s/n – Calhau – São Luís-MA
Edifício Clodomir Millet 3º andar – Fone: (98) 3218-8018/ 3218-8013

Ofício nº 377 /2017 – GAB/SINFRA
São Luís, 18 de abril de 2017.

À Sua Excelência o Senhor
RICARDO RIOS
Primeiro Secretário.
Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.
Local.

Assunto: **resposta ao ofício nº 023/2017-GS1/DGM**

Prezado,

Cumprimentando-o cordialmente, e em resposta ao Ofício nº 023/2017-GS1/DGM, que versa sobre a INDICAÇÃO Nº 017/2017, de autoria do Senhor Deputado Wellington do Curso, solicitando providências quanto à falta d'agua no município de Imperatriz/MA, sirvo-me do presente para informar que esta demanda não está no âmbito de atribuições desta Secretaria.

Sugerimos que o pleito seja formulado junto à Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA, órgão responsável pela promoção de saneamento no Estado do Maranhão, em especial a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotos sanitários.

Sem mais para o momento, renovamos os votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

CLAYTON NOLETO SILVA
Secretário de Estado da Infraestrutura

ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANUEL BECKMAN
DIÁRIO DA ASSEMBLEIA
PODER LEGISLATIVO

EDITADO PELA DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e 24.950.
Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Sítio Rangedor - Calhau
Fone (98) 32693701 CEP.: 65071-750 - São Luís - MA
Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: diario@al.ma.gov.br

HUMBERTO COUTINHO
Presidente

BRÁULIO MARTINS
Diretoria Geral da Mesa

CARLOS ALBERTO FERREIRA
Diretoria de Comunicação

RAIMUNDO JOÃO LIMA RIBEIRO
Núcleo de Suporte de Plenário

CRISTIANO CACIQUE DE NEW YORK
Núcleo de Diário Legislativo

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Ao elaborar o seu texto para publicação no Diário da Assembleia, observe atentamente as instruções abaixo:

a) Edição dos textos enviados à Secretária Geral da Mesa via rede interna, SAPL;
b) Matéria externa deverá ser enviada por e-mail, CD ou Pen Drive;
c) Medida da página em formato A4;
d) Editor de texto padrão: Word for Windows - versão 6.0 ou superior;
e) Tipo de fonte: Times New Roman;
f) Tamanho da letra: 12;
g) Entrelinhas automático;
h) Excluir linhas em branco;
i) Tabela/Quadros sem linhas de grade ou molduras;
j) Gravar no CD ou Pen Drive, sem compactar, sem vírus de computador;
l) O CD ou Pen Drive só deverá ser gerado após o ato estar devidamente assinado;
m) Utilize tantos Cds quanto seu texto exigir;
n) As matérias que não atenderem as exigências acima serão devolvidas e não publicadas.

This document was created with Win2PDF available at http://www.win2pdf.com.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.